

Valéria Cristina de Oliveira

**Revisão Sistêmica da Teoria da Desorganização
Social: Um estudo sobre vitimização em Belo
Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba**

Belo Horizonte

Departamento de Sociologia e Antropologia

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2009

Valéria Cristina de Oliveira

Revisão Sistêmica da Teoria da Desorganização Social: Um estudo sobre vitimização em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dra. Corinne Davis Rodrigues
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

Departamento de Sociologia e Antropologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2009

Oliveira, Valéria Cristina de

Revisão Sistêmica da Teoria da Desorganização Social: Um estudo sobre vitimização em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba/Valéria Cristina de Oliveira. 2009, 108 f., enc.

Orientadora: Corinne Davis Rodrigues,

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Vitimização. 2. Desorganização Social. 3. Abordagem Sistêmica I. Rodrigues, Corinne Davis. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

À minha mãe!

AGRADECIMENTOS

Prometo ser breve. Não pela falta de merecedores dos meus sinceros agradecimentos, mas pela dificuldade de citar cada uma dessas pessoas sem cometer injustiças. Portanto reúno em poucos (mas especiais) grupos todos aqueles que direta ou indiretamente participaram da realização deste trabalho.

Sou grata à Universidade Federal de Minas Gerais, por ter me acolhido desde o ano de 2002, contribuindo não só para minha formação acadêmica, como também para meu desenvolvimento pessoal. Estão incluídos aí todos os grupos de pesquisa e trabalho dos quais participei ao longo desse período e os professores que foram importantes nessa caminhada, com destaque para o Prof. Jorge e Profa. Danielle.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Corinne, pela paciência que lhe exigiu a “dura” missão de me orientar neste trabalho.

Gratidão eterna aos amigos que contribuíram com seus palpites e mesmo compartilhando as dúvidas envolvidas na construção deste estudo: Bel, Flávia, Flor, Ju e Luciana, a culpa também é de vocês!

Agradeço aos amigos da SEDS, Bráulio, Lizandro, Paulo, Patrícia e Vanda.

Às amigas de sempre, Laura, Lí, Solange e Rafa.

À minha família: Expedita, a melhor mãe que a vida poderia ter me dado e ao meu pai, Walter, que até o fim fez da nossa felicidade o objetivo da sua história.

Ao meu irmão, Antônio, e à Tia Odete pelo apoio.

A Deus!

RESUMO

Esta dissertação buscou investigar os condicionantes da vitimização em vizinhanças de três capitais brasileiras, com ênfase na participação de mecanismos que propiciam o desenvolvimento de diversas formas de controle social em interação. O controle social foi tratado, portanto, como elemento interveniente a esclarecer a relação entre características estruturais e crime, uma associação apontada pela Teoria da Desorganização Social em meados do século XX.

Para a análise foram utilizados dados secundários provenientes de Pesquisas de Vitimização organizadas pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG) em parceria com outros centros de pesquisa do país entre 2005/2006, resultando na possibilidade de comparação de bancos de dados referentes à vitimização em Belo Horizonte, Curitiba e Rio de Janeiro. Os dados foram analisados a partir de Modelos Lineares Generalizados Hierárquicos (MLGH) adequados para a estimação da chance de sucesso em determinado fenômeno, tendo em vista, uma estrutura multinível de dados. Neste caso, os níveis em questão foram compostos por entrevistado e setor censitário, *proxy* de vizinhança.

ABSTRACT

This dissertation investigates the determinants of victimization in the neighborhoods of three state capitals, with an emphasis on mechanisms that foster the development of various forms of social control in interaction. Social control was treated therefore as an actor to clarify the relationship between structural characteristics and crime, an association suggested by the Social Disorganization Theory in the mid-twentieth century.

For the analysis we used secondary data from victimization surveys organized by the Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP / UFMG) in partnership with other research centers in the country between 2005-2006, resulting in the possibility comparison of databases related to victimization in Belo Horizonte, Curitiba and Rio de Janeiro. Data were analyzed from Hierarchical Generalized Linear Models (MLGH) suitable for estimating the chance of success in a particular phenomenon, in view, multilevel data structure. In this case, the levels in question were made by respondent and census tract, neighborhood proxy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01– Vitimização na vizinhança segundo a natureza do crime e o município do fato

Tabela 02 – Indicador de controle social ao nível privado-variáveis

Tabela 03 – Indicador de controle social ao nível paroquial

Tabela 04 – Indicador de controle social ao nível público

Tabela 05 – Descrição das variáveis quantitativas

Tabela 06– Descrição das variáveis qualitativas

Tabela 07 – Coeficiente de correlação intraclasse

Tabela 08 - Resultados do modelo de regressão logística hierárquica - Belo Horizonte, Curitiba e Rio de Janeiro, 2005 - 2006

Tabela 09 - Comparação dos coeficientes de regressão estimados para cada município

Tabela 10 - Resultados do modelo de regressão logística hierárquica com inclusão das interações - Belo Horizonte, Curitiba e Rio de Janeiro, 2005 – 2006

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRISP	Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
HLM	Modelos Hierárquicos Lineares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MLGH	Modelos Lineares Generalizados Hierárquicos
NSE	Nível Socioeconômico
TDS	Teoria da Desorganização Social

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	16
LISTA DE TABELAS	19
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	20
SUMÁRIO.....	21
1. Introdução.....	23
2. Durkheim e a Sociologia do Crime	27
3. Estudando o Crime, Vítimas e Criminosos: revisão de teorias do crime	33
3.1. Abordagens Individuais.....	33
3.2. Abordagens Estruturais	39
4. A Teoria da Desorganização Social.....	44
4.1. Teoria das “Janelas Quebradas” e Espaço Defensivo	49
4.2. Eficácia Coletiva	52
4.3. Abordagem Sistêmica: O papel do controle social na vizinhança	53
5. Crime, redes de relacionamento e controle social no Brasil.....	61
6. Objetivos e Justificativa	65
6.1. Objetivo Geral	65
6.2. Objetivos Específicos	65
6.3. Justificativa.....	65
7. Hipóteses	67
8. Dados e Metodologia.....	68
Variável Resposta: Vitimização na Vizinhança	69
Variáveis Explicativas	71
Nível Público	74
Técnicas Estatísticas e Modelos ajustados.	79

9.	Resultados.....	86
9.1.	Análise Descritiva	86
9.2.	Análise dos Modelos	87
9.2.1.	Modelo I – Vitimização Geral	87
	Vitimização por Roubo ou Tentativa de Roubo	89
	Vitimização por Furto.....	93
9.2.2.	Modelo II – Estimando os coeficientes por Município	95
9.2.3.	Modelo III– Controle Social em Interação	97
10.	Considerações Finais	99
11.	Referências Bibliográficas.....	103
12.	Apêndice.....	111
	Construção das Covariáveis – Análise Fatorial - Nível 1.....	111
	Construção das Covariáveis – Análise Fatorial - Nível 2.....	112
	Resultados dos Modelos de Regressão ajustados para cada Município	113

1. Introdução

A construção do conhecimento depende, entre outras coisas, do trabalho continuado. Surge do esforço de gradativamente compreender um fenômeno através de suas manifestações e das produtivas trocas e discussões com os pares. Este exercício é exemplo de trabalho construído a partir de experiências prévias que apontaram nessa direção, e principalmente, através da reflexão conjunta com os interlocutores da academia.

Iniciar esta empreitada por tal afirmação resulta da necessidade de esclarecer a importância de mais um trabalho discutindo temas tão discutidos, afinal, há algum tempo experimentamos um período de releituras e reformulações da Teoria da Desorganização Social (TDS). “O que pode acrescentar outro exercício que tenha aí sua principal base teórica?”, poderiam questionar. A esses seria possível responder o que foi dito nas primeiras linhas deste texto com o seguinte complemento: a inquietação diante das possibilidades de aplicação de uma proposta teórico-metodológica recria a cada nova publicação outra demanda.

A relação entre crime e ambiente representa, portanto, uma dessas questões para as quais o tempo e os resultados anteriores sempre propiciarão oportunidades para novos estudos. A TDS, como será chamada a partir daqui, direta ou indiretamente, poderia ser apontada como uma das principais inspirações de políticas de Segurança Pública na modernidade. Afinal, parece consensual a importância de ações para recuperação de áreas degradadas como estratégia de redução de medo e crime; ou mesmo a constatação de que poucas áreas das cidades concentram a maior parte das ocorrências policiais. Contudo, mesmo diante de tamanha popularidade, há pontos ainda em desenvolvimento no que diz respeito, principalmente, ao papel da comunidade como agente que contribui para a organização social. A mobilização nem

sempre é intensa e nesse cenário o desafio de promover integração como ferramenta de controle e redução do crime torna-se ainda maior.

A TDS está indubitavelmente baseada no pressuposto da integração social Durkheimiana, aquela que exerce sobre o comportamento humano a coerção resultante do ordenamento *sui generis* do social em relação ao indivíduo. O modelo de Shaw e McKay (1942) é herdeiro dessa tradição e pode ser visto como fundamento de outras manifestações teóricas e empíricas que daí partiram em direção a explicações mais elaboradas para a criminalidade urbana. Aquilo que ora chamamos de Abordagem Sistêmica, por exemplo, nada mais é que a visão de um espaço social em constante produção a partir da trama que reúne em mesmo cenário, diversas esferas da vida humana. A concepção de uma comunidade-sistema requer a avaliação do papel de cada ator envolvido nesse cenário, posto que, essa engrenagem depende da interação e do bom funcionamento de todas as suas peças. O crime quando em excesso indica segundo nossa perspectiva a deficiência no funcionamento dessa organização sistêmica.

Ao apontar a existência de três níveis diferenciados de ordenamento social e, conseqüentemente de formas de relacionamento e controle, Albert Hunter (1985) contribuiu substancialmente para a observação da sociedade e, especificamente, do crime, sob uma perspectiva sistêmica, onde é através das interações de atores e funções que se constrói o tecido social indispensável, segundo essa perspectiva.

Os níveis privado, paroquial (ou comunitário) e público de organização e controle social são distintos e interdependentes, sendo, por isso, necessário o desenvolvimento de todos para a manutenção de uma sociedade baseada em valores pacíficos. Essa seria a interação sistêmica que se procurou discutir e avaliar aqui, respondendo a perguntas como: até que ponto as vizinhanças brasileiras apresentam interação entre os três níveis de controle social contribuindo para a redução da

vitimização dentro dos seus limites?

Este trabalho procura contribuir para essa discussão mantendo o foco nas implicações da relação entre integração social e controle na medida em que contribuem para a manutenção do crime em patamares aceitáveis. Dessa forma, ‘revisita’ os fundamentos da Teoria da Desorganização Social com o apoio de análise empírica que procura identificar o papel dos mecanismos de controle social sobre as chances de vitimização urbana. Isso será feito com o suporte da perspectiva sistêmica que levanta a participação do controle social contribuindo para a redução das atividades criminosas e/ou delinquentes nas vizinhanças. A ênfase deste trabalho recai então sobre a investigação da interação entre as várias formas de controle social como condicionante de menores chances de vitimização, sendo seu efeito comparado entre três importantes capitais brasileiras, a saber, Belo Horizonte, Curitiba e Rio de Janeiro.

Para o desenvolvimento dessa proposta serão debatidas as interfaces do tema com outras correntes teóricas e, assim, será tangenciado o processo brasileiro de urbanização, o lugar da sociabilidade e da participação comunitária e, finalmente, o alcance da explicação ecológica para a criminalidade.

O primeiro capítulo apresenta breve revisão da Teoria de Durkheim em sua relação com o controle e a integração social, uma vez que, como afirmamos acima, nosso trabalho (como toda a nossa ciência) é inspirado naquelas propostas.

Em seguida, será levantada a discussão em torno das teorias do crime na sociologia, com enfoque na distinção entre abordagens individuais e estruturais, sendo o último grupo aquele do qual nos aproximamos através da TDS.

O terceiro capítulo apresenta os fundamentos da TDS, bem com os desdobramentos da mesma até os importantes trabalhos de Hunter (1985) e Bursik e Grasmick (1993), os quais são responsáveis pela ampla revisão dessas teorias e

consolidação da perspectiva sistêmica de análise da ordem social.

O quarto Capítulo apresenta as principais contribuições e resultados associados à vitimização e à perspectiva ecológica no Brasil, estabelecendo os pontos de contato e distinção.

Os Capítulos seguintes dão conta da apresentação dos objetivos gerais e específicos do texto, dos Dados e Metodologia de Trabalho, resultados e análise e, finalmente, as considerações finais.

2. Durkheim e a Sociologia do Crime

Reconhecido como um dos principais responsáveis pela consolidação da sociologia, Émile Durkheim também é um importante nome do estudo do crime como ramo dessa ciência. Sua sociologia marca a importância do autor como teórico que conseguiu, por um lado, esclarecer a natureza da relação indissociável entre crime e sociedade e, por outro, fundamentar as teorias coletivas baseadas no controle social. Destaca-se que afirmar essa importância não significa atribuir ao autor a gênese da reflexão sobre o desvio, afinal, são anteriores tanto o direito penal quanto a criminologia: o primeiro ocupado com a tipificação dos delitos e sanções; e esta, a criminologia, num primeiro momento interessada na análise do criminoso e, em seguida, no papel do ambiente para definição do delito. Essa última fase, pelo foco na explicação do crime através da inserção do indivíduo em um organismo social, foi forte influência para Durkheim e demais autores que participaram do movimento que originou no século XIX a chamada Sociologia do Crime (Carlos, 1997).

O desenvolvimento desse braço da sociologia representou o deslocamento das explicações do delito por características individuais para uma perspectiva de inclusão do crime entre os fenômenos sociais. Obviamente entre seus condicionantes devem figurar elementos específicos do ator, porém, ele está inserido em um contexto mais amplo que orienta e distingue a ação das demais cometidas em outros grupos sociais. O impulso para essa expansão da análise se deu principalmente através da mensuração e construção de estudos quantitativos que fizeram dos dados uma poderosa ferramenta para a abordagem contextual das causas do crime.

Só a partir de Durkheim tornaram-se evidentes os termos dessa relação entre homem e sociedade produzindo comportamento desviante. Ao afirmar a inexistência de

sociedades sem crime o autor lança dúvidas sobre qualquer estudo que desconsidere a ação criminosa em sua relação constante com o organismo social, superando, assim, a perspectiva individualista do positivismo (Durkheim, 1983).

A sociologia de Durkheim ainda é a sociologia do indivíduo, afinal, o homem, sua ação e o conhecimento a respeito dela são os principais objetos do pensamento daquele autor. Todavia, ele o reconhece como ator do social, afetando e sendo afetado pela coletividade. Isso é possível graças à construção de representações mentais que o auxiliam na complexa tarefa de organizar racionalmente a realidade e suas experiências (Durkheim, 1970).

A interação de homem e sociedade nesse processo constante de construção de arranjos para organização do real tece uma rede consistente de informações a respeito do grupo, fazendo das representações coletivas elemento chave da sociologia Durkheimiana (Pinheiro Filho, 2004). Essas representações consistem no produto *sui generis* da existência social intensificada por situações de mobilização e efervescência social, manifestando-se no comportamento do indivíduo (Durkheim, 1912). Através da consciência coletiva e do arsenal normativo a sociedade exerce sobre o indivíduo o papel coercitivo a constringer e condicionar o comportamento. Por mais autônomo que seja o homem se move dentro de um espectro de comportamentos aceitos pelo organismo social.

A estrutura teórica que vincula homem e grupo na teoria durkheimiana é a base para sua interpretação do lugar do crime em todos os tipos de sociedade. Ao ser praticado por um indivíduo imerso em qualquer tipo de organismo social o crime corresponde às representações daquela estrutura e adquire contornos característicos.

Da mesma forma, ao dissertar sobre a modernidade e a crescente tensão entre interesses individuais e organizações coletivas, Émile Durkheim descreve um cenário de

ampliação da complexidade das relações sociais e produtivas. As sociedades tradicionais, limitadas em suas atividades produtivas e fortemente associadas às práticas sagradas e ritualísticas se diferenciam de uma organização social mais complexa formada por núcleos diferenciados e dependentes (Durkheim, 1989).

O processo de divisão do trabalho representa o passo importante para a consolidação de outro modelo de organização humana, o qual se baseia na integração ditada pelas relações produtivas. Dado que a modernidade traz o enfraquecimento de instituições tradicionais como a religião, o trabalho e a produção oferecem o contexto favorável ao desenvolvimento de outras formas de troca e conduzem à crescente interdependência.

Os sistemas sociais de solidariedade exprimem, em certa medida, esse processo de diferenciação das atividades e, conseqüentemente, de maior organização das relações sociais.

A solidariedade mecânica é reconhecida pelo menor nível de organização e diversidade de atividades produtivas, sendo intensa a força das instituições tradicionais (familiares e religiosas), com preponderância da consciência coletiva que ocupa a maior parte das consciências individuais.

A solidariedade orgânica encarna, por sua vez, o processo de diferenciação do trabalho, ou seja, o desenvolvimento e diversificação das atividades produtivas tornando mais instáveis as relações e aumentando a necessidade de regulação. O enfraquecimento das obrigações tradicionais faz com que a sociedade dependa mais do acordo entre indivíduos e grupos, já que nas sociedades onde predomina a organização ‘mecânica’ a intensidade da consciência coletiva limita o campo de ação individual e restringe ações contrárias ao coletivo.

A modernidade surge, assim, como espaço da solidariedade orgânica, onde a

norma é fator indispensável à consolidação da existência social. Note-se que a importância da organização no âmbito desse modelo de solidariedade advém do reforço da tensão entre interesses e desejos individuais e a manutenção da ordem coletiva. A crise da homogeneidade de idéias, interesses e valores tradicionais oferece mais autonomia ao homem. Não que ele seja independente ou isolado, mas liberto dos constrangimentos da moral tradicional. O acordo ou a norma, que sempre existiu, mas cresce em importância na modernidade, é o que regula tais interesses em conflito, mantendo a ênfase nas relações produtivas como aquelas que contribuiriam mais fortemente para essa empreitada (Durkheim, 1989).

Ora, constatar a existência de discordâncias entre representações coletivas e ações individuais, entre outras coisas, contribui para a conclusão de Durkheim acerca da normalidade do crime que pode ser vista como a aceitação de que em todas as sociedades haverá comportamentos tidos como desviantes e aqueles mais graves considerados criminosos. O crime como fato social representa agressão a sentimentos coletivos. Algumas agressões são percebidas com mais intensidade devido ao alcance do sentimento contra o qual atentam, contudo, mesmo nas sociedades estritamente tradicionais, onde o controle social é intenso, a moral e o direito refletem nas sanções este grupo de comportamentos desviantes. A sensibilidade ao desvio e, portanto, a intensidade das sanções, é proporcional à consciência coletiva, dado que no modelo Durkheimiano é ela quem avalia o que é ou não crime e qual a sua gravidade (Durkheim, 1983).

Como todo fato social, o crime responde a uma função, a qual, neste caso, corresponde ao desenvolvimento do direito ou aprimoramento das normas sociais, uma vez que o fato pode contribuir para aumentar a mobilização em relação àquele tipo de evento. As sociedades estariam, segundo Durkheim, repletas de situações onde eventos

ora aceitos passaram a ilustrar os instrumentos legais orientando a vida em sociedade.

Com enfoque funcionalista, Durkheim destaca o papel do desvio como elemento que reforça a coesão social justamente por ofendê-la, incitando a elaboração e o reforço das normas que devem expressar demandas comuns. A punição representa a ritualização da consciência coletiva, que renova nos indivíduos o desejo de que seja cumprida a lei. Assim o crime, onde também se incluem os atos de violência, mantém na sociedade uma participação dupla: do ponto de vista do indivíduo é considerado ilegal e antissocial, enfraquecendo a integração, enquanto sob uma perspectiva coletiva, quando não alcança o patamar de patologia, fortalece a coesão justamente por provocar o reforço da norma (Durkheim, 1983). Fatores como o tempo e o lugar interferem nessa dinâmica movimentando as definições de crime e punição. De acordo com essa proposta, o direito, representa, então, instrumento fundamental para a sociologia do crime, dado que reflete o desenvolvimento da consciência comum em torno do fenômeno social. Por acompanhar as particularidades da organização social o direito também se adapta, adquirindo de acordo com o contexto este ou aquele formato.

Situações de instabilidade ou deficiência da estrutura normativa conduzem ao estado de anomia que é fruto do descompasso entre o processo de diferenciação e as regras disponíveis para a organização da vida em comunidade. O estado anômico é o adoecimento da ordem social e a perda de referências de conduta por parte do homem em sua existência social e individual (Durkheim, 1989). Um contexto de esgarçamento do tecido normativo favorece a incidência de eventos que atentam contra a moral e os direitos negociados e conhecidos pelos atores sociais, fazendo da elevação dos níveis de crime uma de suas consequências.

A importância da manutenção de algum nível de organização social face ao processo de individualização moderno está refletida na constatação Durkheimiana de

que eventos como o suicídio, que atentam contra a moral moderna, são mais frequentes em situações onde há desequilíbrio com as instituições promotoras de integração.

A criminalidade responde, segundo a essa perspectiva, a estímulos sociais, fazendo de Durkheim o grande estudioso clássico dessa relação entre crime e social. O delito é normal, está presente em todas as sociedades pela diversidade de consciências individuais frente aos valores da coletividade.

A coesão social proposta nessa forma de organização social depende, mais que no ambiente tradicional da solidariedade mecânica, do incentivo e da motivação da partilha de interesses e atividades comuns, principalmente, através da atividade produtiva. As relações de trabalho são fundamentais para a regulação do comportamento humano exercendo, como as outras instituições, o tal poder coercitivo da sociedade. Coesão e coação unem-se nos mecanismos de controle social que juntos podem diminuir as chances de cometimento de crimes ou outros desvios. No modelo Durkheimiano a sociedade depende da integração como instrumento para a criação de controle social.

3. Estudando o Crime, Vítimas e Criminosos: revisão de teorias do crime

Apresentada a relação de crime e sociedade na perspectiva Durkheimiana da qual são herdeiras as principais abordagens discutidas neste trabalho, cabe nesta seção elaborar uma síntese dos principais grupos de teorias que tratam da criminalidade urbana moderna. Essa síntese é construída tendo por pressupostos a impossibilidade da apresentação de todos os modelos de análise da criminalidade e nossa opção por aquelas vertentes que de alguma forma se comunicam com o objeto deste estudo, ou seja, o crime em sua relação com o controle e a coesão social.

De maneira razoavelmente simples, os estudos empíricos orientados para a compreensão do crime poderiam ser organizados em poucos grupos. Alguns procuram através de uma descrição da realidade identificar os fatores relacionados ao crime, analisando, por exemplo, o perfil sociodemográfico de agressor e vítima e demais correlatos do fenômeno criminal. Outros procuram estabelecer nexos de causalidade esclarecendo à luz do conhecimento teórico as causas e efeitos do crime, sendo esses os mais populares entre acadêmicos e gestores públicos.

Posto isso, nas próximas seções será realizada uma síntese dos estudos e abordagens teóricas relacionadas ao crime, medo, vitimização e desordem em áreas urbanas a partir da distinção entre abordagens individuais e coletivas de análise.

3.1. Abordagens Individuais

Dado que a sociologia do crime nasceu da demanda de relacionar ao comportamento criminoso a inserção social, os mais ansiosos poderiam afirmar que esse ramo da ciência manifestasse pouco interesse em perspectivas individuais para explicação do delito. Contudo, nossa ciência também contribui para essa discussão na

medida em que opõe teorias individuais às aquelas de cunho estrutural, sem, contudo, desqualificar o papel da experiência da vida em sociedade na definição do ato criminoso. Assim, essas abordagens baseiam-se principalmente na busca de relações de causalidade para o cometimento de atos delituosos, tendo a ação individual como variável resposta. O objetivo é identificar causas do ato criminoso e não da criminalidade em uma perspectiva macro.

Teorias do Controle

As chamadas teorias do controle social, ao contrário de equiparar os estímulos ao comportamento legal e criminoso, estão focadas na busca de resposta coerente para a seguinte pergunta: “por que a maioria dos indivíduos não comete crimes?”.

De uma maneira geral, autores dessa corrente afirmam que o ser humano, mesmo socializado e apto à convivência, não necessita de grandes estímulos para quebrar regras. Sendo assim, o risco de que suas ações se desviem das normas pré-estabelecidas seria tanto maior quanto menores os estímulos para que não o fizesse. Tais estímulos ou mecanismos de controle podem ser de natureza individual ou coletiva, formal e informal, mas são equivalentes na sua disposição a oferecer custos ao ato criminoso (Akers, 1997; Shoemaker, 1996). O arranjo proposto por essa vertente desloca o foco de interesse das práticas que contribuem para a formação de definições de caráter criminoso para outras que impedem esse comportamento.

Em síntese, as teorias do controle giram em torno de dois principais sistemas, o de controle pessoal e social. A ausência ou o enfraquecimento de ambos tornaria o indivíduo mais propenso ao comportamento criminoso. O primeiro, tratado principalmente por Albert Reiss (Reiss, 1951 *apud* Akers, 1997) é característica internalizada no processo de socialização, sendo mais adequadamente explicado por elementos de ordem psicológica. Por outro lado, o controle social ou externo é dado

pelas instituições sociais e seu conjunto de normas e sanções (Shoemaker, 1996).

Ivan Nye elabora um desdobramento dessa estrutura dicotômica ao apresentar além do controle interno, os controles externos de natureza direta e indireta. O primeiro inclui as punições diretas ao comportamento desviante, enquanto o controle indireto se dá pela expectativa de que sejam desapontados os indivíduos cuja opinião e respeito são caros, como pais e familiares, caso estes não sejam tolerantes ao desvio (Nye, 1958 *apud* Akers, 1997).

Observa-se que a raiz dessas teorias do controle é a questão da intensidade dos vínculos sociais. Quanto mais laços ligando um ser humano aos outros e a suas respectivas instituições, maiores as chances de que comprometa a força dessas ligações ao empreender uma ação desviante. Há muito mais pessoas e instituições a quem deve prestar contas, o que tende a inibir o delito.

Esse equilíbrio entre impulsos para o crime e mecanismos de contenção é objeto de trabalhos de Reckless, autor que em meados de 50 e 60 se dedicou a analisar o modo como os estímulos (“*pushes*” e “*pulls*”¹) externos ou internos são neutralizados pelas ferramentas de controle (Reckless et al., 1956; Reckless 1961; 1967 *apud* Akers, 1997). Um dos pontos mais discutidos dessa teoria é o papel do “*self concept*” que forma o caráter daquele que não se envolve em crimes mesmo diante das condições externas favoráveis. O trabalho apresenta problemas, primordialmente no que se refere aos testes empíricos e às medidas utilizadas para esse nível individual, porém, integra esse *programa de pesquisa* contribuindo principalmente com a noção de que existe um equilíbrio entre controles (internos e externos) e os impulsos para o crime.

Idéia semelhante a essa do equilíbrio, ainda que muito mais próxima de Jack

¹ Os chamados “*pushes*” se referem às condições que podem favorecer o comportamento delincente, mas que não apresentam relação direta com o crime. Por outro lado, os “*pulls*” representam essas induções positivas para o comportamento criminoso, como a influência de grupos com histórico de crimes.

Gibbs que de Reckless (Gibbs *apud* Tittle, 2004), é a teoria do equilíbrio de controle proposta e revista por Charles Tittle, respectivamente em 1995 e 2004 (Tittle, 2004). O primeiro trabalho defendia a existência de uma razão de controle relacionando controle pessoal e o controle externo. O estado de conformidade seria encontrado na situação de equilíbrio entre eles, ou seja, alguém que dispõe de quantidade de poder sobre si equivalente àquele a que deve se submeter em função de sua posição social. O desequilíbrio é favorável ao crime, havendo distinção entre o tipo de evento cometido em casos de desequilíbrio positivo ou negativo. O excesso de controle pessoal expõe o ser humano ao risco de se envolver em desvios chamados de autônomos, ao passo que os repressivos são atribuídos àqueles com deficiência de controle pessoal. Para sustentar suas afirmações, a teoria dialoga com a escolha racional, com a teoria do controle, propriamente dito e aprendizado social, mesmo sendo pouco influente no meio acadêmico.

Retomando a questão dos laços sociais, fica ainda mais evidente o papel desses vínculos a partir do conhecimento da teoria dos laços sociais, a mais popular entre as teorias controle social (Hirschi, 1969 *apud* Shoemaker, 1996; Akers, 1997). A proposta de Hirschi está fundamentada em elementos que restringem as possibilidades de delinquência por aumentarem as ligações e, assim, o número daqueles para quem a ação individual tem significado ou é alvo de expectativas. Os vínculos pessoais compõem esse grupo de laços sociais que geram admiração, identificação e uma espécie de compromisso tácito de compartilhamento de valores.

A teoria de Hirschi dos laços sociais parece adequada ao discutir a ação criminosa, principalmente entre jovens, por comportar elementos já contemplados por outras correntes. Ou seja, estímulos como a desigualdade de acesso aos objetivos comuns na sociedade ou mesmo a associação diferencial com inserção em subcultura

criminosa, por exemplo, necessitam de um conteúdo de controle que justifique o envolvimento de alguns quando tantos estão expostos à mesma situação. A teoria é coerente e bem estruturada, o que se confirma por resultados positivos dos trabalhos em que se buscaram evidências empíricas. O próprio Hirschi identificou associações entre três das quatro dimensões de laços, com exceção do indicador de envolvimento. A relação causal entre controle e crime em outros trabalhos tem sido positiva, mas tímida, não sendo adequada para crimes de maior complexidade, como informam Krohn e Massey (1980 *apud* Akers, 1997).

Teorias da aprendizagem do comportamento criminoso (Associação Diferencial e Aprendizagem Social)

Assim, citamos inicialmente o grupo denominado por Akers (1997) de explicações situacionais ou interpessoais, as quais têm como princípio o fato de que o comportamento humano depende das circunstâncias em que desenvolve a ação. Por essa razão, por ser situacional, não existiriam sociedades ou indivíduos essencialmente desviantes e sim, situações onde o crime apresenta-se como alternativa mais adequada. Finalmente, Akers sugere que nessas abordagens a prática coletiva do crime funciona como estímulo ao delito, destacando o papel das gangues e assim, a perspectiva da associação para o crime.

De maneira geral, essas análises foram fundamentadas no aprendizado do comportamento criminoso a partir da interação com outros já envolvidos em ações dessa natureza. Daí a importância da gangue como espaço de socialização de práticas e formação de ambiente propício ao desenvolvimento do comportamento delinquente.

A mais famosa teoria nesse grupo, das abordagens interpessoais e situacionais, é a Teoria da Associação Diferencial desenvolvida por Edwin Sutherland durante a década de 20. De maneira geral, o crime é posto pelo aprendizado que se constrói

através de relações pessoais que transferem aos indivíduos, além da moral do grupo, a *expertise* para a realização do delito.

Para que o ato criminoso aconteça também é relevante que haja para cada homem um número superior de posições desfavoráveis ao cumprimento da lei, afinal, para o criminoso estão disponíveis os dois tipos de definição. Aliado a isso, ou seja, somada à afirmação de que o código normativo do delinquente não inclui somente definições desviantes, o autor propõe a equivalência de objetivos para a ação criminosa e para o não cometimento do crime. Com foco nos delitos contra a propriedade, Sutherland sustenta que tanto o trabalhador quanto o assaltante encontram na busca de satisfação financeira a motivação de ambas as atividades, sendo a divergência dada através da definição diferenciada dos meios para a conquista desse objetivo.

A teoria recebe várias críticas, as mais robustas referem-se à deficiência na explicação do processo de aprendizagem do crime. Isso porque Sutherland afirma que tal processo ocorre como qualquer outro processo de aprendizado humano, mas não se dedica à descrição pormenorizada dos mecanismos. Assim, em 1966 Burgess e Akers publicam um artigo dedicado à construção de um adendo à teoria da Associação Diferencial, a fim de descrever melhor o processo de aprendizagem seguindo os mesmos pressupostos de Sutherland para a explicação da criminalidade e sua relação com grupos (Burgess e Akers, 1966 *apud* Akers, 1997; Sampson, 1999).

Eles até conseguem promover essa explicação mais consistente, porém, só posteriormente as bases daquele trabalho são desenvolvidas por Akers em sua famosa Teoria da Aprendizagem Social. Essa abordagem é reconhecida pela inovação proposta ao inserir elementos da tradição behaviorista no modelo e aproximar-se do interacionismo simbólico. Através das noções de punição e recompensa, reforço diferencial e estímulo discriminante, o autor constrói um arranjo que sustenta o

argumento de que o crime é resultado da opção entre definições positivas ou neutralizadoras.

As definições positivas correspondem às atitudes ou crenças que levam ao cumprimento da lei, enquanto as definições neutralizadoras, reproduzem-se através da linguagem e da imitação favorecendo o ato criminoso (Akers, 1973, 1977, 1985 *apud* Akers 1997).

Como destacado anteriormente, as abordagens individuais se distinguem das estruturais pelo fenômeno explicado, que no caso das últimas é o crime em níveis superiores, e não pela completa ausência de fatores estruturais como variáveis explicativas. No caso da teoria da aprendizagem são relevantes fatores como idade, sexo, estrutura familiar e inserção em grupos delinquentes, dado que tais relações oferecem as condições para a transferência das definições positivas ou neutralizadoras.

A teoria foi e tem sido alvo de críticas, sendo um dos principais impasses a questão da temporalidade da associação, afinal, dificilmente as análises empíricas são capazes de afirmar se agentes com motivação para o crime se reúnem a outros antes ou depois de estarem inclinados ao delito.

3.2. Abordagens Estruturais

Diferentemente das explicações para a ação do criminoso, as modernas teorias da criminalidade também estão ocupadas com os padrões da criminalidade através das chamadas abordagens estruturais. Nesse grupo merecem destaque duas vertentes semelhantes nos pressupostos, mas distintas nos argumentos e, portanto, na consecução dos objetivos, a teoria da anomia e da desorganização social.

A Teoria da Anomia de filiação Mertoniana (1968) fundamenta-se na existência de dois grandes elementos em toda estrutura social e cultural, a saber, os objetivos culturalmente definidos e as normas ou meios institucionais mobilizados para o alcance

desses fins.

Nem sempre essas duas forças sociais adquirem mesma intensidade, afinal, como garante Merton, há sociedades em que o desequilíbrio favorece os meios e outras em que os fins são excessivamente valorizados. Esse segundo tipo de sociedade representa o campo adequado ao desenvolvimento do crime, posto que nesses grupos os indivíduos seriam constantemente incentivados a perseguir elementos supervalorizados diante de condições desiguais para a conquista desses objetivos (Merton, 1968).

De acordo com o tipo de adaptação à dinâmica dos valores e mecanismos de alcance desses objetivos, Merton estabeleceu uma tipologia do comportamento em sociedade (Merton, 1968). Importante lembrar que os modelos de respostas à relação entre meios e metas não dizem sobre traços estáveis do comportamento, isto é, eles surgem de acordo com as circunstâncias e os valores em questão, interessando do ponto de vista da maior ou menor incidência em sociedade.

Os Estados Unidos seriam a sociedade onde esse modelo de organização, de tendência à anomia, estaria mais desenvolvido. A valorização do dinheiro como meio de conquista de status se dissemina através das instituições responsáveis por todos os níveis de socialização: escola, igreja e ambiente de trabalho atuam para garantir a manutenção da meta de enriquecimento e sucesso que está cada vez mais distante de ser alcançada, impondo três importantes premissas.

Primeiramente, o esforço para atingir esses objetivos deve ser de todos; em segundo, lugar é indispensável saber que o fracasso é momentâneo, sendo uma parte do caminho até a glória e por último saber que o fracasso final é o encerramento da ambição.

Na perspectiva proposta por Merton (1968), urbanização e industrialização estão intrinsecamente associadas à pobreza, a altos níveis de aspiração e, conseqüentemente à

frustração. O crime é resultado dessas transformações que expõem principalmente indivíduos em situação de marginalidade social à criminalidade, posto que o ambiente periférico fosse aquele de maior afastamento entre desejos e meios legítimos.

Dessa forma, haveria clara distinção entre a criminalidade presente em áreas urbanas e rurais, sendo estas últimas marcadas por agressões à pessoa enquanto as regiões urbanas sofreriam com a elevada incidência de crimes contra o patrimônio.

Trabalhos como o de Robert Agnew partem das proposições de Robert Merton para desenvolver outras explicações para a criminalidade. Nessa proposta as adversidades ou situações de tensão são colocadas como condicionantes do comportamento criminoso focando nas formas de adaptação a essas situações. De tal maneira, a insatisfação com a escola e família está associada à agressividade que pode gerar o crime (Agnew, 1997 *apud* Akers, 1997).

Segundo essa perspectiva seriam três os principais elementos a favorecer o crime: 1) a tensão entre meios legítimos e objetivos culturalmente postos, conforme o tradicional modelo Mertoniano; 2) A ausência de fatores positivos na vida ou eventos marcantes de rompimento como o término de um relacionamento amoroso e, finalmente, 3) a presença de situações negativas como vitimização e coação (Agnew, 1997 *apud* Akers, 1997).

Possivelmente, a principal crítica ao modelo de anomia Mertoniano seria a pouca importância dada à existência de outras estruturas valorativas a condicionar a ação em outras esferas além da macrossocial, ou seja, os valores característicos das chamadas subculturas, os quais também interferem no comportamento individual.

Outra questão a ser levantada pelos opositores da teoria é a afirmação de que a maior parte dos pobres não é criminosa apesar de todos estarem expostos ao conflito entre meios e fins culturalmente dados. Para essa discussão, Shoemaker busca na

própria produção de Merton um conceito que pode esclarecer esse ponto. A “privação relativa” informa que a maior parte daqueles em situação de restrição econômica e financeira estabelecem suas metas a partir da comparação com seus pares, ou seja, a partir da observação de pessoas que estão inseridas em semelhante contexto econômico (Merton, 1957 *apud* Shoemaker,1996). Os indivíduos comparam suas práticas de consumo e aquisição de status a outros com quem mais interagem e se associam e não com os integrantes dos estratos mais elevados da sociedade.

Seguindo os desdobramentos da perspectiva Mertoniana de associação do crime ao desequilíbrio normativo, autores como Albert K. Cohen e Richard Cloward e Lloyd Ohlin propuseram em meados das décadas de 50 e 60 o estudo das chamadas subculturas delinquentes. Com seu *Delinquent Boys* de 1955 Cohen mostra estar afinado com a teoria da anomia na medida em que também se baseia na tensão entre objetivos e meios. Porém o autor desloca o foco dos objetivos de natureza material, para a conquista de status e aceitação de um modelo convencional de sociedade (Akers, 1997). Esse modelo se reproduziria através dos hábitos de vestuário, fala e demais padrões de comportamento que refletem os valores das classes superiores.

A teoria da subcultura está orientada principalmente para a delinquência juvenil, dado que explica o envolvimento de jovens das camadas socioeconomicamente inferiores em grupos onde podem adquirir, via ação delituosa, o status que não lhe é permitido adquirir pelos padrões de comportamento e consumo vigentes nas classes superiores. A partir daí procura afastar a tensão social presente na teoria de Merton de uma visão essencialmente utilitarista, uma vez que admite que nem sempre os bens materiais e financeiros são o principal objetivo da ação, admitindo, portanto, o papel de elementos simbólicos como status e reconhecimento.

Logo após o trabalho de Cohen, encontra-se em Cloward e Lloyd uma tentativa

de reunir em torno das bases da teoria da anomia, de elementos da TDS de Shaw e McKay e da Associação Diferencial de Sutherland uma proposta denominada pelos autores de Oportunidade Diferencial.

Segundo eles, o acesso a formas ilegítimas de aquisição de bens não é imediato como Merton poderia supor. A transmissão desses valores se daria através de mecanismos semelhantes àqueles colocados pelos teóricos do aprendizado, sendo indispensável ressaltar que o tipo de ação delincente empreendida depende dos canais disponíveis ao ator (Akers, 1997). Pela diversidade das atividades a teoria da oportunidade diferencial admite a existência de várias subculturas adequadas a cada tipo de organização, destacando três tipos principais.

A subcultura criminal é aquela das gangues e da conduta inovadora provocada pela tensão entre meios e objetivos. O segundo tipo é caracterizado pelo conflito por status e recursos entre grupos em áreas socialmente desorganizadas. Finalmente, falam sobre o tipo retraído, onde, ao contrário do que acontece nos dois primeiros, não há interesse em negócios ou na disputa por poder, pois o principal objetivo é a manutenção de hábitos como o uso de drogas (Akers, 1997).

Os estudos que analisam o crime pelo viés da desorganização, herdeiros, portanto, da proposta Durkheimiana, diferem da Teoria da Anomia pela relevância do caráter local da criminalidade, uma vez que a TDS versa sobre o crime em comunidades urbanas, em uma perspectiva micro, quando comparada aos estudos de sociedades complexas como os Estados Unidos, como veremos nas seções seguintes.

4. A Teoria da Desorganização Social

O crime como fator condicionado por elementos contextuais deve ser sempre e cada vez mais objeto de reflexão científica comprometida, antes de tudo, com o conhecimento do fenômeno e suas implicações. A pesquisa científica avança na medida em que se apoia em resultados e discussões anteriores para, a partir daí, crescer em direção a novas e reformuladas propostas. A TDS corresponde a uma dessas tradições que apesar das vulnerabilidades pode oferecer grandes estímulos à reflexão científica.

O marco inicial da TDS foi a publicação de *Juvenile Delinquency and Urban Areas*, trabalho de Shaw e McKay cuja primeira edição data de 1942. O trabalho de Shaw e McKay tem como grande preocupação discutir a distribuição geográfica do crime, sendo as primeiras páginas do trabalho dedicadas a uma revisão da literatura produzida até o início da década de 40. Contudo, apesar de o livro ter sido o primeiro produto a discutir nestes termos o papel do espaço sobre a delinquência, ele só representou o desenvolvimento de uma importante e mais extensa proposta teórico-metodológica de análise espacial da delinquência.

O processo de crescimento das cidades é o ponto de partida para a apresentação das idéias e é justamente nesse ponto que fica evidente sua filiação de estudos da chamada Ecologia Humana. Tais estudos são conhecidos pela abordagem do espaço urbano como ambiente similar ao ecológico. Existiria entre os indivíduos, como na natureza, uma disputa pelos melhores espaços físicos. A ocupação da terra respeitaria critérios de melhor localização tomando por base a proximidade com os centros de consumo e decisão. Os primeiros ocupantes destas áreas valorizadas seriam os responsáveis pela manutenção deste espaço, que, devido a mudanças na organização social e produtiva deixariam de ser alvo de interesse dos moradores, passando a vivenciar a saída da população daquele ambiente. De uma maneira geral, o que acontece

é uma espécie de lei da oferta e da procura que culmina em especulação imobiliária e pequena estabilidade em áreas de menor valorização. Os maiores expoentes dessa linha de pesquisa, Robert E. Park e Ernest W. Burgess foram professores e pesquisadores da Universidade de Chicago que se envolveram profundamente com a discussão da vida urbana e dos efeitos das grandes e rápidas transformações vividas nas metrópoles (Akers, 1997; Bursik & Grasmick, 1993; Shoemaker, 1996).

Em trabalho de 1925 Park já estabeleceu os fundamentos dessa abordagem ao afirmar que as condições econômicas definem a localização dos grupos sociais no espaço urbano. Segundo ele tais espaços se organizariam de maneira similar em várias partes da América, ou seja, mudariam as cidades, mas a distribuição da população de acordo com as classes seria similar, formando as chamadas “áreas naturais” (Park, 1925 *apud* Shaw & McKay, 1942).

Seguindo a mesma linha analítica, Burgess elaborou a conhecida teoria das Zonas Concêntricas, onde descreve a urbanização e industrialização da cidade de Chicago a partir de um formato radial de crescimento, no qual a cidade se expande em torno de um centro administrativo (Burgess, 1926 *apud* Shoemaker, 1996). Esse centro, também chamado de no texto de Zona I com caráter essencialmente comercial sofreu evasão de moradores devido à industrialização e a conseqüente ampliação das atividades de serviços e instalação de sedes administrativas de grandes empresas.

As áreas subsequentes (Zonas II e III) eram essencialmente residenciais, mas foram posteriormente ocupadas por atividades produtivas e pelos novos moradores que trabalhavam nas indústrias, o que alterou o ambiente, degradando as redes de sociabilidade. Essas últimas, e especialmente a zona II, eram conhecidas pelas elevadas taxas de criminalidade e de participação juvenil em atividades delituosas.

Além dessas três primeiras regiões ainda havia as terras afastadas para onde se

retiraram as classes superiores devido à descaracterização do centro como espaço residencial (Zona IV). A Zona V, última área, seria aquela ainda não integrada ao espaço urbano.

Shaw e McKay utilizaram o modelo de Burgess para estudar a distribuição do local de residência de jovens levados à Corte em várias cidades norte-americanas, tendo como foco a discussão das elevadas taxas de criminalidade na zona de transição (Zona II). A pesquisa demonstrava que essa região funciona como *ponto de passagem* de moradores, ou seja, local escolhido para viver enquanto não houvesse melhoria nas condições sociais e econômicas. Dado que no passado bairros próximos ao centro mantinham caráter essencialmente familiar e residencial a chegada de imigrantes e trabalhadores de setores manuais da economia transformou o perfil do lugar. Rapidamente a vizinhança se transformou e a desvalorização imobiliária veio completar o cenário de pobreza e abandono. Confirmando as suposições da Ecologia Humana tais regiões não foram capazes de manter uma vizinhança coesa e envolvida como consequência da grande instabilidade residencial. Tão logo fosse possível, a mudança de endereço para regiões mais desenvolvidas e com melhores condições de vida seria inevitável. Essas regiões seriam áreas marcadas por problemas econômicos e sociais, o que, segundo os autores, causaria conflitos entre códigos morais distintos durante o processo de socialização, aumentando as chances de que se envolvessem delitos. A junção desses fatores promovia, assim, a dificuldade de controlar o crime cometido por moradores da região fazendo dessa uma área de grande concentração de casos de delinquência (Shaw & McKay, 1942).

Observando a distribuição geográfica do local de residência de menores de 17 anos envolvidos em atividade delincente em três períodos distintos (1900-06, 1917-23 e 1927-33), os pesquisadores concluíram que as regiões mais próximas do centro da

cidade, com maior concentração de atividade comercial e industrial, apresentavam maiores taxas de delinquência. Utilizaram o esquema das zonas concêntricas para demonstrar que a distribuição do local de moradia dos desviantes era semelhante em diferentes períodos, indicando uma tendência de decréscimo dos casos com o afastamento do centro comercial da cidade mesmo com a renovação populacional ao longo do tempo.

A menor estabilidade residencial, a grande heterogeneidade étnica e menor status socioeconômico formariam o ambiente propício para o enfraquecimento de valores relacionados à definição e respeito a normas. A formação desses valores comuns é para a TDS a chave da constituição de uma estrutura socialmente organizada, que depende do tempo empregado na vizinhança, seja na relação com os vizinhos ou na busca de melhorias para a região: o envolvimento comunitário representaria a fonte do fortalecimento desses vínculos e assim, o caminho para o maior controle do comportamento da juventude. Áreas pouco atrativas para a moradia, a exemplo da Zona II, foram apontadas pelos autores como decorrentes da progressiva mobilidade social. Ou seja, se a ocupação do espaço se relaciona a questões econômicas, áreas com mais baixo custo e pequena valorização da terra tendem a apresentar grande mobilidade residencial e com isso mais criminalidade.

Ao mapeamento do local de residência dos jovens sucedeu-se um trabalho de análise orientada para a busca de associações entre características estruturais das regiões da cidade e a concentração da delinquência. Conforme o mencionado a cidade era naquele momento uma das regiões de maior crescimento e mudanças dos padrões populacionais dos Estados Unidos. Áreas de perfil residencial tornavam-se agora essencialmente comerciais, outras não ocupadas tornaram-se o refúgio dos que dispunham de maior poder de compra. Dessa forma, as regiões de maior concentração

de jovens envolvidos em ações delinquentes foram identificadas como as mesmas com as características estruturais de instabilidade residencial, grande diversidade étnica e baixo nível socioeconômico.

As características estruturais são os grandes indicadores de desorganização social em uma vizinhança. Porém, parece adequado mencionar que não é evidente nos escritos de Shaw e McKay a forma de “transferência” ou os mecanismos pelos quais as vizinhanças caracterizadas como desestruturadas seriam aquelas com maior incidência de menores infratores. Seguindo a suposição de que a distribuição da população e o poder de atratividade das vizinhanças condicionam as mudanças de endereço e, assim, a valorização das regiões das cidades, Shaw e McKay admitem que as características físicas, a situação econômica e a composição populacional estão relacionadas à delinquência (Shaw e McKay, 1942. p, 142), porém, o efeito dessas características sobre a capacidade de regulação dos jovens não é objeto de observação atenta dos autores.

A teoria ainda é questionada pela implícita sugestão de que a forma de urbanização e distribuição da delinquência identificada pelo estudo é recorrente em outras áreas urbanas. A formulação de uma espécie de padrão de desenvolvimento urbano poderia ser explicada como consequência da falta de abordagem mais sistemática do tema das especificidades culturais e seus efeitos sobre a desorganização e o crime (Kubrin & Weitzer, 2003).

Por essa razão, devido à necessidade de investigação dos elementos intervenientes da estrutura social sobre o crime, neste trabalho a ênfase é colocada sobre a discussão em torno das variáveis intervenientes relacionadas às características ambientais e às formas de ocupação do espaço no que tange às relações sociais. Dessa maneira, tomando essas vertentes como referência, a partir da próxima seção, serão apresentadas as três principais linhas contemporâneas do pensamento sobre a

desorganização social em sua relação com o fenômeno na criminalidade.

4.1. Teoria das “Janelas Quebradas” e Espaço Defensivo

Um desses desdobramentos, possivelmente, um dos mais populares tanto no ambiente acadêmico quanto entre gestores e formuladores de políticas públicas tem sido a teoria das janelas quebradas (“*Broken Windows*”). Nessa perspectiva a idéia de desorganização é desmembrada em pelo menos duas ramificações, uma de caráter social e outra física. Ambas seriam responsáveis por atribuir ao ambiente aspecto de maior ou menor eficiência no controle da criminalidade, contribuindo para a formação de impressões acerca do lugar. Um ambiente social ou fisicamente desorganizado seria atraente para a atuação do criminoso pela impressão de que não existe rigoroso controle das pessoas e acontecimentos naquelas ruas.

Os indicadores utilizados por Wilson e Kelling (1982), precursores dessa corrente, talvez sejam as variáveis mais utilizadas para mensurar desordem em todo o mundo, sendo, por vezes confundidas com a proposta inicial de Shaw e McKay. Comportamentos como brigas na vizinhança, uso de drogas e música alta são algumas das variáveis selecionadas para designar a desordem social ou “incivilidades” (Hunter, 1985). A desordem física é caracterizada por aspectos de degradação ambiental como a presença de lotes abandonados, prédios mal conservados ou fora de uso e a existência de grande quantidade de lixo nas ruas da vizinhança. Estes aspectos tornariam as vizinhanças mais expostas ao risco de elevação da criminalidade. Isso porque tais ‘problemas’ sociais de menor impacto contribuem para a incidência de outros de maior gravidade, como a violência e a criminalidade. Atraídos pela sensação de abandono e pequeno controle social os criminosos são levados a cometer nessas vizinhanças desde os desvios mais simples até os mais graves.

Essa proposição gerou e tem gerado discussão entre os autores dedicados ao

tema, afinal, trabalhos como o de Sampson e Raudenbush (1999) discordam dessa suposição. Segundo Sampson, desordem não pode ser vista como primeiro passo para o crime ou mesmo como parte deste. Segundo seus resultados não é possível pensar em uma relação direta entre desordem e crime posto que são parte de um mesmo fenômeno, mais amplo que somente a criminalidade ou a desordem, o qual está relacionado à crise da ordem social em suas variadas formas naquela região. A relação entre eles seria espúria, dando-se através da capacidade de eficiente ação coletiva na comunidade, ou seja, as comunidades com altos níveis de desordem são mais atrativas para o crime porque possuem menos mecanismos de mobilização para impedir sua ocorrência. A observação das variáveis utilizadas naquele artigo desperta a necessidade de mencionar alguns cuidados que precisam ser tomados quando da seleção dos indicadores. A tênue distinção entre incivilidade e pequenos delitos considerados crimes pode conduzir o pesquisador ao erro da tautologia que procura explicações a partir de elementos advindos da própria pergunta. Neste caso, admitindo que haja confusão entre esses elementos, fica relativamente simples concluir que ambos são equivalentes ou parte do mesmo processo.

A relação entre criminalidade e controle social através da percepção do ambiente é discutida em termos da importância daqueles elementos transformando o “olhar” sobre o espaço, tanto por parte dos possíveis delinquentes (moradores ou não), quanto das potenciais vítimas. Ou seja, além de transformar as condições objetivas ligadas à criminalidade, a desordem ainda alteraria a relação daquele que utiliza o espaço tornando-o, sob seu ponto de vista, mais ou menos ameaçador. O chamado *espaço defensivo* se refere ao tema da percepção e ação no espaço urbano em duas frentes, ou seja, representa análise de estratégias de construção que dificultem o crime ao mesmo tempo em que aumentem a territorialidade ou a apropriação comunitária no processo

(Taylor, Gottfredson e Brower, 1984).

As teorias do espaço defensivo procuram valorizar a organização física como modo de proporcionar a vigilância natural das ruas pelos moradores, favorecendo a integração e o controle das atividades desenvolvidas no ambiente público (Jacobs, 1961). Autores como Jane Jacobs (1961) enfatizam ainda a participação de aspectos culturais, de sociabilidade e territorialidade, condicionando o efeito das características físicas à existência de variáveis afetadas positivamente pela estrutura, aumentando a ocupação das calçadas diminuindo as oportunidades para o crime e o medo na comunidade (Taylor, Gottfredson e Brower, 1984; Taylor e Hallel, 1996; Jacobs, 1961). A percepção de um ambiente degradado contribui para que o mesmo torne-se menos convidativo à convivência, diminuindo, portanto, as chances de que os indivíduos se mobilizem/organizem a fim de modificar as condições estruturais desfavoráveis presentes ali.

Os estudos na área da desorganização social e do espaço defensivo representam esforços para associar elementos ambientais, ou ecológicos, à dinâmica do crime nas vizinhanças. Para tal, afirmam que por um lado a desordem e o conseqüente enfraquecimento do controle sobre os próprios moradores contribuem para a proliferação de um ambiente propício à delinquência e a comportamentos desviantes (Shoemaker, 1996; Silva, 2004; Taylor et al., 2003), e por outro a concepção de que a desorganização diminui a possibilidade de que uma comunidade exerça vigilância eficaz sobre as ruas e assim, sobre a atuação de não moradores na vizinhança (Jacobs, 1961). Da mesma forma que há determinadas características que oferecem para delinquentes de outras áreas indicações de que uma região é socialmente desorganizada, também condicionam a percepção do morador aumentando as chances de que se sinta inseguro e perceba risco de vitimização ao circular por aquelas ruas.

4.2. Eficácia Coletiva

A segunda inovação proveniente de releituras da TDS é o conceito de Eficácia Coletiva, cunhado e disseminado por Robert Sampson, um dos principais autores envolvidos com o tema na atualidade. O argumento que orientou a elaboração desse conceito e suas interfaces baseia-se na necessidade de interação entre capital social e controle para que se realize a ação coletiva em áreas urbanas. Essa tal articulação seria o elemento fundamental para que as comunidades pudessem agir com eficiência de modo a colaborar para a redução do crime e demais problemas comuns.

A eficácia coletiva é construída a partir da apresentação dos laços comunitários e relações de vizinhança como opção de elementos intervenientes entre estrutura e o crime na TDS. Porém, a eficácia coletiva compreende a ênfase na importância de que os mesmos sejam acompanhados de uma disposição para atuar sobre os problemas comuns – inclusive o crime, implicando assim, a existência de laços comunitários (solidariedade e confiança), participação comunitária e de uma maneira geral a capacidade de intervir para a resolução de problemas comuns (Sampson, Raudenbush e Earls, 1997; Sampson, Morenoff e Earls, 1999).

O desenvolvimento de pesquisas voltadas para a investigação da pertinência e avaliação de um conceito como o de eficácia coletiva deve ser cercada por cautela na operacionalização dos referenciais teóricos, já que é grande a discussão sobre os pontos de contato com outros conceitos como o de controle social e a própria integração social.

Ralph Taylor é um exemplo de autor que aponta problemas de ordem metodológica e teórica em trabalhos de pesquisadores como Gibson (Gibson et al., 2002 apud Taylor et al. 2003) que empregou medidas de distinção entre a eficácia e laços comunitários. Taylor chega mesmo a questionar o caráter de inovação da eficácia

coletiva, uma vez que não inclui elementos diferentes de outros conceitos como o de controle social e territorialidade (Taylor et al., 2003).

De maneira geral, a eficácia coletiva consiste no esforço para identificar a insuficiência da apreensão da coesão social como fator condicionante da redução do crime nas vizinhanças das áreas urbanas. Essa proposta parece mesmo ser uma das mais pertinentes para a pesquisa em países como o Brasil, onde as áreas com maiores níveis de coesão social também são aquelas mais carentes, reconhecidas por altos níveis de criminalidade e medo de crime (Villarreal e Silva, 2006). Isso demonstra que a coesão não convertida em capacidade de dialogar e pressionar o poder público não é eficiente na redução dos níveis de vitimização.

4.3. Abordagem Sistêmica: O papel do controle social na vizinhança

A abordagem sistêmica é tratada como a visão integrada da experiência social, sendo o termo integração utilizado como sinônimo de articulação entre os principais atores do campo social: população, organizada em movimentos sociais ou não, e poder público segundo suas mais variadas formas de atuação. Manifesta em formatos híbridos de participação ou simplesmente pela utilização dos canais eficientes de contato entre comunidade e gestores (Carr, 2003), ações que expressem uma visão sistêmica da organização social contribuem para que se avance na discussão e na implantação de políticas orientadas para a solução de problemas de várias ordens.

Tomando de Castells a afirmação de que a existência urbana e, portanto, sua observação considera os pressupostos da interdependência e das relações de poder criadas pela existência de funções centrais, identifica-se com mais clareza o sistema que descrevemos (Castells, 1983). As posições são, por natureza, desiguais na sua

capacidade decisória. O tecido social é composto por essas diferenças que estão dispostas no interior de uma estrutura normativa mais ou menos eficiente. O nível de eficiência do fluxo de demandas e informações no interior dessa rede é o que diz de uma comunidade eficiente, ou seja, a formulação de um modelo de gestão democrática da ordem pública é constituído através do consentimento e participação populares.

As interações constituem o objeto da análise e elas não são exclusivamente definidas por critérios lineares de *evolução*. Considerar o espaço, nesse caso o urbano, como lugar ocupado por indivíduos com motivações ideológicas, políticas e econômicas é fundamental à compreensão de fenômenos como o crime. Abordar o sistema social e avaliar as interações a partir da constatação de que para além das necessidades estruturais são determinantes outros elementos justifica a abordagem do processo de articulação entre os mesmos. Saber o que cada um quer e porque quer explica o alcance de suas ações e pode informar sobre a pertinência de insistir em modelos baseados na mobilização social e nas trocas com o público.

Assim, os principais expoentes dessa chamada abordagem sistêmica são os trabalhos de Bursik e Grasmick, que apesar de não serem reconhecidos pelo caráter inovador, merecem atenção pela capacidade de articular idéias antes pouco relacionadas em uma proposta razoável de análise do crime em áreas urbanas. Essa abordagem surge como a opção mais completa para discutir o papel dos modos de apropriação do espaço no controle da criminalidade urbana.

Uma das nossas grandes preocupações com a ênfase na questão sistêmica é aproximar as explicações da TDS da lógica das relações nas comunidades brasileiras. Resultados de trabalhos como o de Silva (2004), Rodrigues (2006), Oliveira (2006) dão conta de que não é direta a relação entre indicadores de crime e laços sociais, ou controle social nas comunidades. No caso da percepção de risco de vitimização

elementos como a desordem física e incivildades são apontadas como fatores intervenientes, ou seja, quanto maior a densidade dos laços, melhor a percepção individual do ambiente e, assim, menos medo de crime (Oliveira, 2006). No que tange à vitimização pesquisas recentes dão conta de uma associação pouco expressiva e em alguns casos negativa entre coesão social e a chance de ser vítima na vizinhança. Possivelmente tais resultados sejam sintomas de certo descompasso entre a proposta teórica da desorganização social, ou pelo menos da parte que recebe maior atenção nessas pesquisas, e a forma de operacionalização dos conceitos.

Dado que de uma maneira geral parece haver associação positiva entre crimes e coesão nas comunidades analisadas no Brasil, possivelmente não será suficiente para o estudo do crime a simples identificação de que os moradores possuem na vizinhança muitos amigos e parentes. Analisar essas relações segundo o viés do controle social como complemento (e esperada consequência) das relações sociais pode contribuir para a compreensão de que nem sempre elas serão convertidas no “empoderamento” comunitário. Sendo assim é colocada a questão de quais seriam as condições favoráveis a essa transformação dos laços e redes de sociabilidade em efetivo controle social.

Neste trabalho exploramos a questão da relação entre os níveis de controle social conforme indicam Bursik e Grasmick em *Neighborhoods and Crime*, em acordo com a definição de Albert Hunter (1985), quando admitem essa como sendo a possibilidade de rearranjo do modelo estrutural de Shaw e McKay de modo a torná-lo mais completo (Bursik & Grasmick, 1993). De uma forma sintética o objetivo do trabalho é através do desenho de um panorama contemporâneo das teorias ecológicas e especialmente da TDS estabelecer o controle social como a peça que faltava no argumento tradicional. Nesse ínterim os autores refazem o caminho daqueles que identificaram na vizinhança a unidade de interesse para os trabalhos, destacando o papel do controle social como

elemento que pode contribuir para a redução do crime, segundo qualquer uma de suas formas de mensuração.

A abordagem sistêmica se baseia na premissa de que uma estrutura sólida e eficiente de controle das atividades de crime e delinquência depende do investimento nas relações interpessoais. Até aí não há novidade em relação à proposta original. A estabilidade também poderia ser apontada como mecanismo que oferece às comunidades as condições necessárias para o fortalecimento do controle. Contudo, nesta vertente o que é formado a partir da intensificação do contato são as formas de controle social. Tais formas podem se referir desde a vigilância das crianças e jovens através do que Coleman denomina *closure* (Coleman, 1998) até o contato direto com as forças policiais (Vélez, 2001).

Tal como na discussão de Patrick Carr sobre o “novo paroquialismo”, a organização das relações sociais segundo os níveis privado, paroquial e público é evocada. Contudo, na perspectiva sistêmica parece ter sido apropriada de forma mais completa. A justificativa para utilização dessa forma de organização dos mecanismos de controle parece ser a necessidade de contemplar a existência – e a importância – de outras formas de laços além daqueles de relações informais, mantendo a distinção entre o que é atribuição dos níveis privado, paroquial ou comunitário, e público.

O ponto central da visão sistêmica como instrumento analítico da criminalidade urbana é a distinção entre as formas de controle social exercidas na e pela sociedade. As ferramentas de controle social colocadas em prática através das relações sociais são definidas conforme as esferas em que se desenvolvem essas interações. O trabalho de Albert Hunter (1985) é o principal fundamento dessa noção diferenciada de controle social, uma vez que encontra êxito no intuito de realçar o papel da existência comunitária na modernidade, momento que seria para alguns um sinal da erosão da

comunidade face à elevação da sociedade. Ao identificar formas diferenciadas de ordenamento social Hunter baseia-se na caracterização de cada uma delas como sendo organizada segundo os laços sociais existentes, o lócus institucional e o domínio espacial.

O nível mais imediato de ordenamento e controle social é representado pelas relações familiares e de amizade estabelecidas de forma intensa e constante. Pais, parentes próximos, amigos na vizinhança constituem o grupo responsável nessa estrutura teórica por limitar as chances de envolvimento em atividades delinquentes. Caso fosse estabelecida uma escala de envolvimento sentimental para as relações sociais, essa seria a esfera com os mais altos valores, dado que é marcada pela pessoalidade, em contatos para os quais o equilíbrio entre o conhecimento de direitos e deveres sempre pende para as obrigações (Hunter, 1985. p.232).

Essas relações se desenvolvem em grupos formais ou informais em que os valores de sentimento, apoio mútuo e estima são fundamentais: instituições como família, escola e até mesmo a vizinhança (para as relações mais próximas) representam o lócus onde se constrói a ordem social na qual operam as ferramentas de controle social ao nível privado. A casa e o próprio espaço urbano são os lugares para o desenvolvimento desses laços, afinal, vínculos de amizade e parentesco podem e, na maior parte das vezes são, constituídos em qualquer área do espaço. Assim, é necessário reconhecer que a existência de amigos e parentes na vizinhança é apenas um indicador de fonte de controle privado, podendo ser a ele acrescentadas outras informações como o número de parentes em toda a cidade, bem como a frequência de contato com essas pessoas.

Independentemente do local onde se desenvolvem as relações, o importante é destacar o papel desses indivíduos presentes na esfera privada de controle como figuras

que exercem sobre o comportamento do outro uma influência construída por fatores como admiração, respeito, medo de críticas. Sinteticamente, o nível privado é constituído pelo “outro significativo” e sua eficiência é dada pelo alcance da sua atuação moldando as expectativas e ações individuais. No contexto das explicações para o crime e delinquência essas relações parecem ser importantes condicionando o comportamento de crianças e jovens (Hawkins, 1989 *apud* Bursik e Grasmick, 1993). O controle exercido pelos amigos e parentes próximos se expressa através da crítica, da repreensão verbal e até mesmo da resistência à participação daquele que comete o delito em eventos e encontros coletivos.

O controle sistêmico de nível paroquial se expressa pelas relações interpessoais na vizinhança e pela participação em grupos da comunidade. Tais estruturas, além de atuarem diretamente sobre o comportamento dos moradores, restringindo as possibilidades de atuação delituosa, também se fazem presentes na criação de mecanismos indiretos de coerção. A estrutura normativa condiciona a ação e diminui as chances de envolvimento com a delinquência por parte de indivíduos com maior centralidade nas redes de relacionamento. A influência de características afetivas é menor em relações de nível paroquial, porém, ainda aqui, elementos como a proximidade física e de valores ainda são importantes para a manutenção dos laços sociais. Do ponto de vista da participação comunitária, o voluntarismo é a base da participação, com a forte presença de figuras chave como presidentes de associações comunitárias, líderes religiosos e diretores de escola, entre outros. À medida que o olhar se desloca da “casa” (usada como metáfora para o espaço privado) para a vizinhança é alcançado o domínio físico da ordem paroquial, que apesar de semelhante ao domínio público é distinto pela manutenção de laços de vizinhança que fogem ao perfil anônimo das relações públicas.

O nível público de controle social é aquele das relações que conduzem às instituições públicas. A participação pública se dá através de dois principais canais: as instituições comunitárias em contato com o Estado ou a atuação independente das forças públicas. A polícia como instrumento direto de repressão tem sido mencionada como um dos grandes atores a ser considerados neste nível de atuação (Vélez, 2001). O papel do setor público como instrumento de controle social, bem como as outras duas esferas, contribui para a transformação das imagens construídas acerca do ambiente e sobre as chances de envolvimento dos moradores com a delinquência. Assumindo aquele primeiro papel o Estado favorece a construção de um ambiente considerado seguro, e, portanto, com maior vigilância e risco para a atuação criminosa. Através desse mesmo mecanismo contribuiria para a diminuição do medo de crime e percepção de risco de vitimização. Por outro lado, limita a atuação de seus moradores como potenciais delinquentes. O que torna diferente o nível público dos outros dois é a inclusão de um ator dotado de ampliado poder de decisão e alocação de recursos, elementos importantes para ações de controle e prevenção da criminalidade.

Outros trabalhos também atentam para questões semelhantes, talvez sem o mesmo fôlego para a revisão da ainda pequena, mas complexa bibliografia. É o caso de Patrick Carr (2003), o qual também reduz a importância dos laços de sociabilidade como elemento indispensável para a constituição de uma comunidade eficaz na intervenção sobre os problemas comunitários, sendo, por isso, mais importante na sua visão o chamado “novo paroquialismo”, eficaz na medida em que possibilita a ligação entre a comunidade e as esferas do poder público que de fato seriam capazes de exercer o controle social. Tal forma de participação (indireta, através das instituições) seria mesmo capaz de minimizar os riscos a que se expõem os cidadãos desejosos de uma atuação mais efetiva no enfrentamento de problemas de violência. O “novo

parochialismo” dispensa a primeira esfera da coesão social, apresentando o contato entre os níveis paroquial e público como fator suficiente para a redução de problemas de crime na comunidade. Isso porque dispensaria o envolvimento direto do morador com tais problemas através da criação de mecanismos de contato com a esfera pública mesmo sem a existência de fortes redes de relações sociais. Apesar de interessante tal perspectiva não deve ser suficiente para a abordagem do fenômeno da interação entre coesão, participação e crime nas cidades brasileiras, posto que nas áreas periféricas, por exemplo, a grande coesão é realidade e impacta o posicionamento do indivíduo diante dos problemas no bairro. As redes de relações são acionadas seja para a busca de objetivos comuns ou mesmo para o reforço do mito da segurança pessoal que condiciona a sensação de segurança de moradores de favelas incluídos em áreas que por sua coesão aproximam moradores e agentes do tráfico oferecendo uma sensação de proteção dos delitos cometidos por eles (Arias e Rodrigues, 2005).

Ao estabelecer a participação de cada esfera de organização social, Hunter e demais autores que se apropriaram dessa tipologia, sintetizam com clareza as peculiaridades de cada esfera sem perder de vista a necessidade de interação entre elas. Hunter destaca que o controle social possui dois principais componentes, um normativo e outro estrutural. O primeiro referente aos padrões e normas que permitem a qualificação do comportamento desviante, já o componente estrutural, dado pelos recursos disponíveis como forma de sanção (Hunter, 1985). Ambos relacionam-se na regulação dos comportamentos dentro e entre os níveis de ordem e controle social. Caso haja deficiências em uma das esferas, ou mesmo na falta de interação entre elas, o funcionamento do todo é prejudicado refletindo na constituição de um ambiente de medo, desconfiança e descontrole das atividades praticadas na região.

O Brasil, país plural em aspectos culturais, ainda apresenta análises muito

tímidas no que diz respeito à relação entre controle do crime e ações sustentadas pela relação de poder público e comunidade local. Provavelmente isso é consequência da recente ampliação do debate em torno do crime no país para além de sua relação com os constrangimentos econômicos, como será discutido a seguir.

5. Crime, redes de relacionamento e controle social no Brasil

Datam do início do século XX as primeiras reflexões brasileiras a respeito do crime, da violência e do Sistema de Justiça. Porém, só a partir da década de 70 as ciências sociais tomaram para si o campo, sendo atualmente responsáveis pela maior parte da produção relacionada ao tema no país (Kant de Lima, Misse e Miranda, 2000). Produção essa que, segundo autores como Alba Zaluar (2000) e Michel Misse (1995), foi muito influenciada pelas macroteorias, especialmente por uma visão simplista do marxismo, a qual buscou reproduzir a estrutura dualista de classes para o cenário da violência urbana no país. A herança de instabilidade política e recente democratização tornaram ainda mais evidentes essas nuances, associando o crime a questões institucionais como a atuação da polícia como expressão da classe dominante, por um lado, e a discussão em torno da pobreza e da exclusão sob outra perspectiva.

O discurso da pobreza como condicionante do crime ou mesmo do crime como estratégia de escape da situação de exclusão social foi acionado em várias situações, sem, contudo, uma organização sistemática como corrente de pensamento. Porém, povoou o imaginário social correlacionando indicadores dessas esferas em análises pouco estruturadas. Atualmente esses “equívocos” parecem ter sido superados e para este exercício o mais interessante é revisar as propostas que associaram ao crime a questão da integração social.

Em 2001 Dias Júnior realizou importante trabalho baseado em análise de dados primários referentes aos indicadores de crime e capital social² em duas comunidades da capital mineira, as Vilas Novo Ouro Preto e Cafezal. Os resultados foram tímidos, pois o processo de amostragem não permitia análises inferenciais, apenas descritivas, contudo, foram muito interessantes ao apontar associação entre violência e menos capital social e a existência de mobilização social, mesmo nas regiões de menor presença de equipamentos públicos. Essa talvez seja para nós a principal contribuição do trabalho de Dias Júnior, isto é, a afirmação de que capital social não é suficiente para a definição de uma comunidade com mais mobilização e menos crime, da mesma forma que a existência isolada de equipamentos públicos não é capaz de promover eficiência. Como neste exercício, prevalece a idéia de que a conjunção de ações de estado e comunidade é indispensável para a criação de capital social com potencial para a transformação nas vizinhanças urbanas.

Em outra empreitada, a partir de análise quantitativa de dados secundários Andrés Villarreal e Bráulio F. A. Silva (2004) buscaram identificar o papel da coesão social como condicionante da vitimização e da percepção de risco de ser vítima de crime em Belo Horizonte. Contrariando as hipóteses tradicionais, a coesão social não apresentou efeito significativo sobre as chances de vitimização e manteve relação positiva com a percepção de risco de vitimização na vizinhança. Os resultados levantaram a discussão em torno de quais seriam as especificidades da dinâmica do crime e da organização social no Brasil e os autores foram razoáveis ao identificar o padrão diferenciado de ocupação do espaço como fonte de possíveis explicações para o fenômeno. Isso porque a TDS está sustentada no princípio de que a estabilidade residencial é pressuposto para a criação de valores comuns e maior controle do crime.

² A definição de capital social utilizada pelo autor contempla indicadores de coesão social e participação comunitária, a saber, a credibilidade, a confiança e as conexões com a vizinhança, o comportamento cívico, participação familiar na educação dos filhos e participação nas questões de saúde.

No Brasil, porém, o cenário de desigualdade social e maior privação econômica restringem as chances de mobilidade, independentemente da situação do crime na região, garantindo a coesão social como elemento distinto da criminalidade. Aliado à visão sistêmica da organização social, esse argumento também é mantido nesta proposta, pois já partimos do pressuposto de que são necessárias outras maneiras de construir modelos e indicadores que favoreçam as explicações do crime em nosso espaço urbano.

Arias e Rodrigues (2005) investigaram o chamado “mito da segurança pessoal” resultante da proximidade entre traficantes e moradores de favelas cariocas e, nesse intuito, não deixaram de tangenciar o tema das relações sociais como fatores a facilitar ou dificultar a atuação criminoso. Segundo eles, mesmo nas situações em que a carência de investimentos públicos em todas as áreas (inclusive no Sistema de Justiça Criminal) conduz à ampliação dos “serviços” prestados pelos chefes de grupos criminosos, esse equilíbrio não se mantém em momentos chave, posto que, apesar do risco de ter a comunidade contra sua “política”, o uso da força pelo criminoso ainda poder ser acionado contra a própria população, como parte do processo de resolução de conflitos internos. Nesse contexto, de criminalidade com incipiente organização, a formação identitária baseada na distinção entre nós (povo da favela) e eles, do asfalto, ainda pode representar ambiente propício para a manutenção de altos índices de criminalidade em regiões onde há poucos elementos disponíveis para o desenvolvimento de ferramentas de controle social.

Discutindo o conceito e a operacionalização de medo de crime, Oliveira (2006) investigou a existência de efeitos indiretos entre estrutura e percepção de risco, identificando os indicadores de desordem social como elemento importante mediando o efeito da integração social sobre os diferentes indicadores de “medo de crime”. Ou seja,

diante da fraca interação entre a intensidade de contato e troca de favores na vizinhança com o medo, identificamos essas características como fatores que alteram a percepção de desordem no ambiente e, assim, reduzem o medo de crime. Dessa maneira, em Belo Horizonte, indivíduos que apresentavam maior interação comunitária, avaliaram de maneira mais positiva a sua região e conseqüentemente, apresentaram menores índices de “medo de crime”.

Desta vez, nossa proposta é dar continuidade a esse programa de pesquisa, investigando agora a influência dos laços sociais, postos aqui como indicadores de controle nos três níveis de organização social. Portanto, avançamos do ponto em que utilizamos a coesão social como única fonte de integração social, para uma análise correlacionada de fatores presentes nas esferas privada, paroquial e pública de ordem social. Além disso, diante da disponibilidade de informações, ainda será possível estabelecer comparação entre três capitais brasileiras, com o intuito de investigar possíveis peculiaridades dessa relação entre crime e controle em uma abordagem sistêmica.

6. Objetivos e Justificativa

6.1. Objetivo Geral

O objetivo desta dissertação é fazer uma revisão da Teoria da Desorganização Social com o apoio de análise empírica que procura identificar o papel dos mecanismos de controle social sobre as chances de vitimização urbana. Isso será feito com o suporte da perspectiva sistêmica que levanta a participação do controle social contribuindo para a redução das atividades criminosas e/ou delinquentes nas vizinhanças brasileiras. A ênfase deste trabalho recai sobre a investigação da interação dos níveis privado, paroquial e público de controle social como condicionantes de menores chances de vitimização, sendo seu efeito comparado entre três importantes capitais brasileiras, a saber, Belo Horizonte, Curitiba e Rio de Janeiro.

6.2. Objetivos Específicos

Verificar o efeito isolado dos indicadores de controle social;

Verificar o efeito das variáveis indicadoras de município;

Verificar a existência de interação entre as variáveis de controle social

6.3. Justificativa

Conforme a discussão dos capítulos acima, afirmamos que a investigação da criminalidade nas vizinhanças brasileiras expressa a necessidade de compreensão do fenômeno na relação com aspectos estruturais. A preocupação com essa associação deve-se principalmente ao papel das vizinhanças como *locus* da socialização e ambiente que primeiro reflete elementos de desorganização e crime. A rua, como lugar de livre circulação, acaba sendo o retrato da sociedade que a acolhe, dado que ambientes em situação de crise na relação entre comunidade ou poder público refletem tais

características através de aspectos tangíveis da ocupação do espaço. A sociologia está inserida na seara pelas mãos das abordagens ecológicas, que neste trabalho são recortadas de modo a contemplar a possibilidade de análise de controle social a partir de da distinção entre os seus três níveis de análise, os quais variam em um crescente de diferenciação e impessoalidade desde a esfera privada até a pública.

Diferentemente dos trabalhos discutidos há pouco, esta proposta sugere a importância de tratar a ordem social sob um ponto de vista sistêmico, valorizando, portanto, um ambiente que integra todos os espaços de integração e promoção de direitos na comunidade, de forma a manter o crime sob o controle legítimo das forças de segurança do Estado.

Os dados utilizados no trabalho referem-se a três capitais brasileiras selecionadas pela disponibilidade de informações, dado que participaram de pesquisa de vitimização realizada nessas três regiões. Mesmo assim, sem a definição prévia das áreas para esta análise, a comparação é rica por contrapor cidades que vivem situações distintas no que tange à criminalidade urbana. A capital mineira experimenta desde 2003 uma constante redução dos números de criminalidade violenta e, especificamente, de homicídios consumados. O Rio de Janeiro ainda sofre com a forte presença do crime organizado e a falta de política específica de gestão integrada e prevenção, ao contrário de ações pontuais de confronto. A capital do Paraná vem experimentando crescimento do número de homicídios, o qual pode ser importante indicador da violência e da criminalidade na cidade. De acordo com o Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros, publicado pelo Ministério da Justiça em 2008, Curitiba ocupava a 206ª colocação no ranking dos municípios mais violentos do país, figurando na melhor posição entre os municípios aqui elencados, dados que o Rio de Janeiro estava logo acima, nas 205ª posição e Belo Horizonte ocupava a 99ª colocação no ranking. Porém,

enquanto os outros dois municípios apresentam tendência de redução, Curitiba partiu de um total de 530 homicídios em 2002, segundo o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), para 874 ao final de 2006 (Waisewitz, 2008). Em números absolutos, esse total já excede o número de Inquéritos de homicídios consumados instaurados em Belo Horizonte pela Divisão de Crimes contra a Vida da Polícia Civil em 2008, ou seja, 811 registros (Governo do Estado de Minas Gerais, 2009).

7. Hipóteses

As hipóteses a seguir foram construídas a partir da proposta de observação da criminalidade em vizinhanças segundo a perspectiva do controle classificado em níveis, conforme a ordem social em que se desenvolvem (Hunter, 1985), e na importância de vislumbrar a interação sistêmica como principal desdobramento da TDS (Bursik e Grasmick, 1993).

Hipótese 1 – Isoladamente, o indicador de coesão social apresentará pequeno impacto na estimativa da razão de chance de vitimização nas vizinhanças das três capitais brasileiras;

Hipótese 2 – Devido à comparação das taxas de criminalidade, as variáveis indicadoras dos municípios apresentarão efeito estatisticamente significativo, estimando maior vitimização na capital fluminense;

Hipótese 3 – O papel do nível público de controle social pode ser ampliado nas vizinhanças onde o controle social paroquial na forma de coesão e participação popular é mais intenso.

8. Dados e Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho serão utilizados os bancos de dados da “Pesquisa de Vitimização-2005/2006” organizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP, vinculado à Universidade Federal de Minas. O *survey* foi levado a campo em Belo Horizonte e municípios vizinhos e também nas capitais do Rio de Janeiro e Curitiba, além do município de Foz do Iguaçu. A realização da pesquisa nesses outros municípios se deu através de parcerias com instituições de ensino e pesquisa daqueles estados.

O instrumento de coleta de informações assumiu padrões similares, com a manutenção da maior parte das questões da pesquisa de Belo Horizonte. O processo de amostragem probabilística estratificada também foi mantido, sendo comum a seleção de moradores com idade superior a 15 anos residentes em domicílios selecionados de modo a garantir a representatividade do setor censitário. Porém, com a garantia da liberdade de atuação dos pesquisadores e devido às especificidades locais, alterações pontuais no instrumento de coleta fizeram com que a operacionalização dos conceitos fosse neste trabalho um exercício de compatibilização de informações. Evidentemente, tal processo trouxe algumas restrições, dado a opção por incluir apenas variáveis cujas categorias eram equivalentes nos três bancos de dados. Contudo, isso representou uma limitação mínima face à importância de um estudo comparativo nessa área de vitimização.

Os bancos de dados criados a partir desse *survey* comparativo agregam informações sobre o perfil da vitimização na vizinhança e em outras áreas da cidade. Os questionários ainda levantavam aspectos socioeconômicos, condições de infraestrutura da residência e da vizinhança, controle das atividades de crianças e adolescentes, participação comunitária, integração social, desordem física e social, sensação de

segurança, percepção de risco e medidas de prevenção à criminalidade.

Dessa gama de informações disponíveis, foram selecionadas aquelas que pudessem contribuir no processo de construção de modelos empíricos orientados para a investigação das relações entre controle, desordem e vitimização. A seguir serão discutidas as variáveis presentes na análise e os conceitos a que se relacionam neste trabalho.

Variável Resposta: Vitimização na Vizinhança

Como indicam as seções anteriores, o fenômeno da criminalidade será captado através do indicador de *vitimização*, caracterizada como a reportagem de experiências de crime que tiveram o próprio entrevistado na condição de vítima. Devido à importância do espaço para a perspectiva ecológica da qual este trabalho é herdeiro, o grupo de interesse será composto pelos entrevistados vítimas de delitos em áreas próximas à residência. Assim, nossa variável resposta vai ao encontro do principal objetivo do trabalho que é analisar fatores que condicionem a criminalidade nas vizinhanças urbanas, dando ênfase àqueles ligados ao controle social exercidos nas vizinhanças. Para tal, o indicador foi construído de maneira a opor moradores vítimas de crimes na vizinhança (furto, roubo, agressão e agressão sexual) ao resto da amostra – vítimas fora da vizinhança e não vítimas. Ainda que fosse o ideal, devido à pequena proporção de vítimas por município, não foram criadas categorias segundo a natureza do crime.

O questionário que deu origem aos bancos de dados foi organizado de modo a fazer com que o entrevistado respondesse primeiramente sobre a ocorrência de todos os possíveis eventos de crime e/ou violência dos quais tivesse sido vítima nos últimos cinco anos. Em seguida, em bateria específica, os respondentes informaram sobre as circunstâncias em que se deu o último evento, ou seja, questões como a localização,

horário, dia da semana, a quem recorreu após o fato e quantas pessoas participaram do crime. Para construção da referência de vizinhança nesta variável foram considerados os crimes ocorridos na residência do entrevistado, na residência de algum vizinho, amigo ou parente que more na região ou nas ruas e praças do bairro. Todavia, só dispomos de informações sobre a localização da última vitimização, fazendo com que a categoria de “sucesso” da variável dependente fosse construída a partir de três condições:

Vitimização por algum crime/delito nos últimos cinco anos;

O último evento ter ocorrido na vizinhança;

Residir na mesma vizinhança há mais tempo que data do último evento.

Dessa maneira, através desses filtros, foram levantados os entrevistados que poderiam ser incluídos como grupo de interesse em nosso trabalho. A variável resposta é dicotômica, cuja categoria de sucesso (01) diz sobre a experiência de vitimização na vizinhança nos últimos cinco anos. O grupo de referência (00) agrega moradores que não foram vítimas de crimes nos últimos cinco anos ou foram vítimas em outros locais fora da vizinhança atual.

Após o ‘tratamento’ do banco de dados a variável final adquiriu a seguinte distribuição:

TABELA 01- VITIMIZAÇÃO NA VIZINHANÇA SEGUNDO A NATUREZA DO CRIME E O MUNICÍPIO DO FATO						
	Belo Horizonte		Curitiba		Rio de Janeiro	
Vitimização Geral	444	12,19%	597	18,19%	537	16,61%
Agressão	79	2,17%	39	1,19%	178	5,51%
Agressão Sexual	11	0,30%	18	0,55%	24	0,74%
Furto	205	5,63%	405	12,34%	208	6,43%
Roubo	204	5,60%	185	5,64%	203	6,28%
N	3642		3282		3233	

Fonte: Pesquisas de Vitimização da Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de Curitiba e Foz do Iguaçu, 2005-2006

Variáveis Explicativas

Controle Social

Seguindo a proposta de Hunter (1985), baseada na identificação de três grandes tipos de ordem social e suas correspondentes formas de controle, as variáveis de controle social na vizinhança foram reunidas nas categorias de Nível Privado, Paroquial e Público. Distintas pelo grau de pessoalidade, as relações nesses níveis estão entrelaçadas de modo a fazer com que mesmo o ato de elencar indicadores correspondentes a este ou aquele grupo seja um tarefa complexa, porém, necessária como esforço de análise.

Os indicadores de controle social constituem algumas das principais variáveis do modelo estatístico sobre o qual se baseia esta proposta de pesquisa, sendo características do segundo nível de análise, o setor censitário. Portanto, espera-se que sejam variáveis de simples compreensão e eficientes na explicação do fenômeno. De uma maneira geral, tentamos sintetizar as variáveis em cada nível através de análise fatorial³, contudo, nem sempre essa alternativa foi possível pela convergência das variáveis em mais de um fator.

Nível Privado

A ordem social privada é aquela das relações pessoais, caracterizadas pelos laços de parentesco e amizade, onde o controle é exercido, principalmente, através das avaliações negativas daqueles que ocupam papel de relevância na ação individual. Dessa forma, a variável de **controle social privado** é dada pelo somatório do número de amigos e parentes na vizinhança.

³ A análise origina fatores para os quais algumas variáveis apresentam maior correlação, identificando aí uma dimensão latente. O software apresenta informações sobre a porção da variância total explicada pelo fator gerado, calculando tantos fatores quantas forem as dimensões presentes entre as variáveis daquele grupo, partindo daquele com maior variância explicada para o de menor (Hair,2005) .

TABELA 02 – INDICADOR DE CONTROLE SOCIAL AO NÍVEL PRIVADO -VARIÁVEIS

Sem contar as pessoas que moram com você, **quantos parentes** (pais, filhos, irmãos, cunhados, sogros, genros, enteados, etc.) e **amigos** seus **moram na sua vizinhança?**

Número de parentes _____

Número de amigos _____

Fonte: Pesquisas de Vitimização da Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de Curitiba e Foz do Iguaçu, 2005-2006

Nível Paroquial

No **nível paroquial**, das relações comunitárias livres da participação do poder público, contamos com indicadores de laços sociais de caráter local baseado nas relações de comunidade. Basicamente, poderiam ser aí identificados dois subgrupos, o primeiro das interações de vizinhança sem qualquer nível de organização formal. A coesão social seria, nessa situação, uma das fontes de regulação do comportamento humano pela proximidade física e interdependência dos agentes. Assim, essa aproximação intensifica a participação daquele espaço que excede os limites do privado como mais um regulador da ação humana, tanto pela capacidade de vigilância de uns pelos outros quanto pelas pressões exercidas pela comunidade. No modelo proposto, o indicador de coesão social reúne em um único fator as variáveis relativas à frequência das trocas de favor e contatos na vizinhança, levantadas a partir da frequência de contatos, troca de favores e/ou gentilezas e confiança nos moradores da vizinhança.

Além dos contatos informais presentes no ambiente comunitário, cabe ressaltar o valor das interações associativas como também responsáveis pela formação de controle. O indicador de participação comunitária corresponde a um fator construído a partir das variáveis de intensidade da participação dos entrevistados em Igrejas e/ou associações religiosas, associações comunitárias (ligadas a questões de moradia, melhoramentos urbanos, etc.) e conselhos comunitários constituídos para resolver problemas específicos

e a média de organizações ou pessoas interessadas em resolver o problema da violência no setor censitário.

TABELA 03 – INDICADOR DE CONTROLE SOCIAL AO NÍVEL PAROQUIAL			
DIMENSÃO	VARIÁVEIS	EIGEN VALUES (VARIÂNCIA EXPLICADA)	ALPHA DE CRONBACH
Coesão Social	(1) Com que frequência você fala pessoalmente ou faz visitas e/ou recebe visitas de moradores da vizinhança? Isso costuma acontecer...	36,021%	0,602
	(2) Com que frequência você e seus vizinhos fazem gentilezas e/ou favores uns aos outros, como cuidar ou brincar com os filhos, emprestar objetos ou mantimentos, tomar conta da casa ou do carro, etc.? Isso costuma acontecer...		
	(3) Pensando na sua vizinhança, você diria que 1 - Posso confiar na maioria dos meus vizinhos. 2 - Posso confiar em alguns vizinhos que residem nas proximidades da minha casa 3 - Posso confiar em somente um ou outro vizinho. 4 - Não confio em nenhum vizinho. 5 - Não conheço meus vizinhos suficiente para confiar		
Associativismo	(1) Você é membro ou somente participa das seguintes atividades: Igreja e/ou associação religiosa tais como: Grupos de Fé, Grupos de Jovens, Grupos de Casais. Associação comunitária (ligada a questões de moradia, melhoramentos urbanos, etc.). Conselhos Comunitários para resolver problemas específicos tais como: Conselhos de Segurança, Conselhos de Saúde, Conselho de Pais e mestres, etc.	26,592%	0,504
	Existe alguma organização, alguma pessoa ou grupo de pessoas na sua vizinhança que se organiza(am) com o objetivo de reduzir os problemas ligados à violência?		

Fonte: Pesquisas de Vitimização da Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de Curitiba e Foz do Iguaçu, 2005-2006

Nível Público

De maneira objetiva o conjunto de indicadores do nível público de controle social procura apresentar medidas que informem acerca da confiança e da capacidade de mobilização de redes sociais onde participem representantes do setor público.

A participação das polícias no cotidiano das vizinhanças e a avaliação dos moradores a respeito dessa atuação constituem o principal indicador de controle social de nível público. A variável Qualidade da Polícia Militar foi construída a partir de análise fatorial envolvendo questões sobre a presença, confiança e eficiência da Polícia Militar atuando na vizinhança. O indicador varia entre 0 e 100, com polaridade positiva, ou seja, quanto mais elevado o valor do indicador, melhor a avaliação da PM pela população.

Outra dimensão do controle social público é a presença de serviços de suporte à atividade de controle dos jovens da vizinhança, ou seja, Conselhos Tutelares e outros serviços públicos. A variável mensura a disposição de vizinhos em acionar tais serviços de maneira a intervir sobre atividades como a infrequência às aulas, uso de drogas ilegais, a prática de agressões não verbais e brigas entre os jovens do bairro.

A percepção do morador acerca dos serviços públicos oferecidos pelo Estado também deveria compor esta dimensão de controle social informal de nível público, uma vez que em alguma medida expressam a confiança do indivíduo nas instituições relacionadas à sua manutenção. Porém, apesar da presença de questões dessa natureza nas pesquisas realizadas em Belo Horizonte e Rio de Janeiro, em Curitiba não houve a inclusão da bateria de questões relacionadas à avaliação dos equipamentos urbanos. Para contornar essa ausência foram incluídas duas informações básicas trazidas pelo censo 2000, ou seja, a proporção de domicílios por setor censitário que dispõem de água da rede geral e serviço de limpeza urbana. Essas dimensões compõem a variável

infraestrutura também construída por análise fatorial.

TABELA 04 – INDICADOR DE CONTROLE SOCIAL AO NÍVEL PÚBLICO			
DIMENSÃO	VARIÁVEIS	EIGEN VALUES (VARIÂNCIA EXPLICADA)	ALPHA DE CRONBACH
Avaliação da Polícia Militar	Você vê ou sabe da existência de Policiais Militares trabalhando na sua vizinhança?	38,88%	0,603
	Pensando na atuação da Polícia Militar na sua vizinhança, você Não confia, Confia Pouco, Confia Razoavelmente ou confia muito?		
	Na resolução de problemas de violência na sua vizinhança, você diria que a Polícia Militar é Nada eficiente, Pouco Eficiente, Razoavelmente Eficiente ou Muito Eficiente?		
Disposição para controle dos jovens	Você acha que os SEUS VIZINHOS procurariam algum destes serviços quando...	21,276%	0,960
	Vêm um bando de adolescentes em bares, ou nas esquinas das ruas da sua vizinhança com outros colegas em horário escolar.		
	Vêm um bando de adolescentes fazendo uso de drogas ilegais em locais públicos da sua vizinhança.		
	Vêm um bando de adolescentes xingando, ofendendo, insultando ou agredindo outras pessoas na sua vizinhança.		
	Vêm brigas ou discussões nas proximidades da sua casa.		
Infraestrutura Urbana *	Proporção de Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral e canalização em pelo menos um cômodo	14,243%	0,311
	Proporção de Domicílios particulares permanentes com lixo coletado por serviço de limpeza		

Fonte: Pesquisas de Vitimização da Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de Curitiba e Foz do Iguaçu, 2005-2006

* IBGE - Censo 2000

Variáveis de Controle – Nível I

Características Sociodemográficas

As variáveis indicadoras de raça (tendo os brancos como grupo de referência), a idade centralizada em 15 anos, sexo do entrevistado, nível socioeconômico e tempo de moradia na vizinhança foram incluídas como medidas de controle. Sabemos que o estudo da vitimização segundo o viés individual não é objetivo desta proposta, porém, foram selecionadas as principais informações levantadas em teorias como a das oportunidades, dos estilos de vida e atividades rotineiras como condicionantes vitimização pelo uso individual do espaço.

Exposição ao Risco de Vitimização

Os indicadores de exposição ao risco de vitimização são compostos pelas atividades cotidianas que podem aumentar a chance de vitimização do indivíduo. A variável Fatores de Risco é constituída pela frequência de três eventos característicos das teorias de vitimização: a circulação em áreas externas à vizinhança, o andar pelas ruas à noite ou de madrugada, e o a frequência do transporte de objetos de valor como jóias, dinheiro e equipamentos eletrônicos.

Medidas Individuais de Prevenção

Como indicador de práticas pessoais de *prevenção* à criminalidade foram tomadas as variáveis que descreviam as alterações no **comportamento** dos entrevistados em decorrência do medo de crime. As variáveis originais estão organizadas em uma escala de 1 a 5 a qual foi invertida para que na medida final quanto maiores os valores maior fosse a frequência com que evita sair ou passar por determinados caminhos, conversar com pessoas estranhas, deixa de frequentar determinados locais da cidade e usar

transporte coletivo por medo da violência.

Variáveis de Controle – Nível II

Características Estruturais: Os indicadores “clássicos” da Teoria da Desorganização Social

O modelo tradicional de desorganização social credita a três variáveis estruturais, a saber, o nível socioeconômico da vizinhança, a heterogeneidade étnica e a instabilidade residencial causada por essa diversidade, a definição de uma comunidade como socialmente desorganizada e, portanto, com maiores níveis de criminalidade. Sob inspiração desse primeiro modelo foram incluídas neste trabalho indicadores como a média do nível socioeconômicos dos moradores do setor censitário, a proporção de proprietários dos domicílios, o tempo médio de moradia na vizinhança e um indicador de diversidade racial.

A variável de *Nível Socioeconômico* (NSE) foi criada a partir de análise fatorial incluindo a escolaridade e o rendimento familiar do morador. Após a construção do indicador individual a média da variável por setor censitário foi incluída nos modelos finais. A partir do total de domicílios próprios pagos ou a pagar calculou-se a proporção de entrevistados nessa situação em cada unidade do segundo nível de análise, constituindo a variável *proporção de proprietários*.

A medida de *heterogeneidade racial* indicará a diversidade racial nos setores censitários dos três municípios a partir da autoclassificação do entrevistado segundo as tradicionais categorias utilizadas pelo IBGE. O indicador demonstra maior heterogeneidade racial, conforme o crescimento dos valores na escala. A escala será construída a partir da fórmula (Vélez, 2001):

$$\text{Heterogeneidade} = 1 - \sum p_i^2$$

Onde:

p é a proporção do total da na categoria i .

"Janelas Quebradas"

Como um desdobramento da teoria da desorganização social, os indicadores de “janelas quebradas” tornaram-se amplamente utilizados em trabalhos acadêmicos voltados para essa discussão. A principal característica desses elementos é a descrição do ambiente segundo características de visível desorganização, seja do ponto de vista físico ou social, sendo, dessa forma, tratada também como incivilidade.

A desordem social foi construída a partir de bloco de questões relacionadas à percepção do entrevistado acerca da incidência de comportamentos que indicam deficiência do tecido normativo e de valores regendo os relacionamentos na área. A variável compõe o segundo nível de análise e foi construída pelo somatório das variáveis no primeiro nível e análise fatorial das seguintes variáveis:

- Pessoas xingando ou insultando outras pessoas?
- Pessoas quebrando janelas, pichando muros ou fazendo arruaça?
- Vizinhos ouvindo música alta, discutindo alto ou dando festas até tarde da noite?

A escala das variáveis sobre xingamento e vandalismo possui 03 (três) pontos, variando entre nunca ter visto e ter presenciado o evento. A frequência de vizinhos ouvindo musica alta ou discutindo está organizada segundo escala likert de 05 (cinco) pontos variando entre “Nunca” e “Sempre”.

A Desordem física é constituída através da mesma técnica de redução de dados, contudo, procura medir a incidência de problemas de lotes vagos, construções

abandonadas e lixo jogado nas ruas do setor censitário.

Setores Censitários Subnormais – “Favelas”

Como última variável de controle foi incluída a variável *favela*, correspondente à identificação das áreas classificadas como subnormais segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Demográfico 2000.

Técnicas Estatísticas e Modelos ajustados.

No modelo estatístico proposto neste exercício a vitimização em áreas vizinhas é tomada como variável resposta a ser analisada a partir de elementos individuais e características da comunidade apontadas pela literatura. Entre essas, destacamos os três blocos fundamentais da perspectiva sistêmica, a saber, os níveis privado, paroquial e público de controle social. Além dos indicadores de cada grupo também fazem parte do estudo os elementos clássicos da TDS, bem como indicadores de desordem social e física característicos da teoria das “janelas quebradas”. Como condicionantes de caráter individual foram selecionadas variáveis sociodemográficas e outras que informam sobre as atividades diárias com vista a mensurar os fatores de risco. O trabalho consiste em articular essas informações em um modelo empírico coerente e capaz de responder de forma razoável a principal pergunta de pesquisa: qual o impacto dos três níveis de controle social como fator complementar às privações estruturais condicionando a vitimização.

Para tal, consideramos o desafio que é a utilização de dados de modo a torná-los informações relevantes ao pesquisador. Isso porque a forma como as informações estão estruturadas nem sempre é a mais adequada ao uso a que se presta. Um desses casos,

talvez um dos mais conhecidos no campo da estatística ou da pesquisa quantitativa, é a ineficiência de modelos unidimensionais na explicação de determinados problemas de pesquisa ou gestão. A irremediável condição de que somos indivíduos organizados em grupos já nos apresenta de antemão uma demanda constante por análises dessa natureza. Uma técnica de estimação que não distingue níveis diferenciados de organização tem muito a oferecer e, dependendo do problema de pesquisa é absolutamente suficiente para a análise. Contudo, há questões cujas respostas são mais bem esclarecidas através do emprego de técnicas que respeitem o caráter hierárquico das informações. A estrutura dos dados em uma pesquisa chamada hierárquica contempla dados aninhados com amostragem de múltiplos estágios construída de maneira a tornar representativos os diferentes níveis de análise, o que é indispensável para o tipo de modelagem. A preocupação com a vizinhança e a importância da mensuração dos indicadores de controle social torna quase natural a construção de modelos que procurem se adequar à estrutura conceitual de indivíduos aninhados em comunidades. Por esse motivo, neste trabalho será utilizada a técnica de análise hierárquica de dados.

Segundo Bryk e Raudenbush em publicação que se tornou uma das principais referências em modelagem hierárquica (Bryk e Raudenbush, 1992), poderiam ser indicadas três principais aplicações da técnica. A primeira delas seria alcançar uma melhor estimação dos efeitos individuais. Nesse caso, o segundo nível de análise funciona como mecanismo de controle que por si só condiciona o comportamento das variáveis de nível individual, sem que necessariamente sejam incluídas características específicas do nível superior.

A segunda aplicação atenderia à demanda por análise dos efeitos entre variáveis de níveis diferentes. O caso desta proposta poderia ser dado como um desses usos, uma vez que nossa preocupação também recai sobre a participação de variáveis como as de

exposição ao agressor frente a elementos de controle social típicos da vizinhança. A suposição implícita é de que o comportamento dos moradores afeta diferentemente o risco objetivo conforme os mecanismos de controle social formal e informal existentes na sua região.

Finalmente, os modelos hierárquicos são eficientes na decomposição dos componentes da variância-covariância. Ou seja, indicam a porção da variabilidade do fenômeno investigado dada pelas diferenças entre e dentro dos grupos elencados.

Os modelos mais conhecidos, os lineares, consistem na estimação da média da variável resposta a partir da definição dos efeitos fixos e aleatórios de covariáveis de qualquer nível. Classificar enquanto fixo ou aleatório o efeito de dada variável independente significa restringir (ou não) a possibilidade de variação do coeficiente angular entre os níveis. Ao fixar o efeito de uma variável a análise é construída a partir da informação de que somente a média da variável resposta sofre alteração entre os níveis e não a inclinação da reta estimada.

As bases disponíveis permitem a definição de três níveis de análise: o entrevistado, o setor censitário e a cidade. Esse último, pela pequena quantidade de casos, uma vez que são três municípios, será incluído apenas como variável independente no modelo geral para controle do efeito do município.

No caso da mensuração de “vizinhança”, apesar da pluralidade de unidades adotadas para defini-la em trabalhos nacionais e internacionais, sugiro como Silva (2004), a utilização dos setores censitários definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE os quais foram considerados no processo de amostragem da pesquisa. Tais setores correspondem a definições como as de Bursik e Grasmick a respeito de que as vizinhanças devem ser áreas menores inseridas em áreas maiores onde floresçam interesses comuns, estabelecendo certa identidade que a torna

semelhante e distingue de outras vizinhanças (Bursik e Grasmick, 1993).

Os dados dos três municípios foram reunidos em único banco, sendo por isso, indispensável destacar que as variáveis no modelo final foram construídas a partir do princípio de que deveriam ser equivalentes entre amostras. Nos casos de questões ausentes neste ou naquele município, houve exclusão da informação em todos os bancos, portanto, só fazem parte do modelo informações presentes nos três municípios. Tanto o tratamento das informações municipais, quanto a construção do banco único e a posterior definição dos níveis 1 e 2 foram realizados com o uso do *software* Statistical Package for Social Scientists (SPSS), versão 15.0. Nele foram realizadas as devidas técnicas para operacionalização dos conceitos e agregação das variáveis correspondentes ao segundo nível de análises.

Para a estimação da chance de vitimização lançamos mão do *software* Hierarchical Linear (and Nonlinear) Model (HLM 5.05), desenvolvido por Stephen Raudenbush, Anthony Bryk e Richard Congdon exclusivamente para a construção de modelos hierárquicos. Neste trabalho o caráter da variável resposta levou à utilização dos chamados Modelos Lineares Generalizados Hierárquicos (MLGH) que correspondem a modelos para os quais a variável resposta não é linear e inexistente o pressuposto da normalidade da distribuição dos resíduos (Hox, 1995).

Nesses modelos a variável dependente é transformada através de uma função de ligação para que seja usado o modelo linear sobre a função da variável dependente. No HLM há o modelo de Bernoulli, adequado para variáveis dicotômicas organizadas segundo critérios de fracasso ou sucesso em determinado fenômeno ou característica. A função *logit* é a função de ligação e promove a linearização da variável resposta através da função logarítmica da probabilidade de sucesso ($\text{logit}(x) = \ln(x/1-x)$), conforme o modelo a seguir.

$$\text{Logit (Pij)} = \beta_{0j} + \beta_{1j} X_{ij}$$

$$\beta_{0j} = \gamma_{00} + \gamma_{01} Z_{ij} + u_{0j}$$

$$\beta_{1j} = \gamma_{10}$$

onde:

Logit(Pij) = Função *logit* da proporção de sucesso

β_{0j} = Coeficiente com efeito aleatório

β_{1j} = Coeficiente de inclinação fixo

u_{0j} = Resíduo aleatório do nível 2

γ_{00} = Intercepto médio entre as variáveis de nível 2

γ_{10} = Inclinação média entre as variáveis de nível 2

Por definição, a variância no menor nível de análise não sofre variação, assumindo que a variabilidade da chance de sucesso é dada apenas pela proporção populacional, sendo o pesquisador responsável por assumir (ou não) a existência de dispersão e, portanto admitir variância (σ^2) diferente de 1. Neste trabalho, esse pressuposto foi mantido após a realização de testes que não demonstraram grande dispersão da variância entre indivíduos.

Modelo Geral - O efeito das cidades

Para a realização do trabalho o primeiro passo foi a elaboração de um modelo geral de regressão hierárquica contando com dois níveis de análise. O primeiro, como não poderia deixar de ser, o indivíduo e o segundo a vizinhança. As capitais foram incluídas como variáveis independentes a fim de controlar simultaneamente o efeito das vizinhanças e das cidades sobre as chances de vitimização.

Ainda nessa etapa foram ajustados separadamente três modelos de regressão hierárquica logística. Isso se dará pelo fato de que desejamos observar a variação dos efeitos quando separadas as principais naturezas que compõem a variável resposta, a saber, o furto e o roubo.

$$\text{Logit (Pij)} = \beta_0j + \beta_{1j} X_{1ij} + \beta_{2j} X_{2ij} + \beta_{3j} X_{3ij} + \beta_{4j} X_{4ij} + \beta_{5ij} (X_{5ij} - 15) + \beta_{6ij} (X_6 - \bar{X}_{6..j}) + \beta_{7ij} (X_7 - \bar{X}_{7..j}) + \beta_{8ij} (X_8 - \bar{X}_{8..j}) + \beta_{9ij} (X_9 - \bar{X}_{9..j}) + \beta_{10ij} X_{10}$$

$$\beta_0j = \gamma_{00} + \gamma_{01j} (Z_1 - \bar{Z}_{1..}) + \gamma_{02j} (Z_2 - \bar{Z}_{2..}) + \gamma_{03j} (Z_3 - \bar{Z}_{3..}) + \gamma_{04j} (Z_4 - \bar{Z}_{4..}) + \gamma_{05j} (Z_5 - \bar{Z}_{5..}) + \gamma_{06j} (Z_6 - \bar{Z}_{6..}) + \gamma_{07j} (Z_7 - \bar{Z}_{7..}) + \gamma_{08j} (Z_8 - \bar{Z}_{8..}) + \gamma_{09j} (Z_9 - \bar{Z}_{9..}) + \gamma_{10j} Z_{10} + \gamma_{11j} (Z_{11} - \bar{Z}_{11..}) + \gamma_{12j} Z_{12} + \gamma_{13j} Z_{13} + u_0j$$

Onde:

X_1 = Homem

X_2 = Preto

X_3 = Pardo

X_4 = Outro

X_5 = Idade Centralizada em 15 anos

$X_6 - \bar{X}_{6..j}$ = Nível Socioeconômico Centralizado

$X_7 - \bar{X}_{7..j}$ = Fator de Risco Centralizado

$X_8 - \bar{X}_{8..j}$ = Fator de Prevenção Centralizado

$X_9 - \bar{X}_{9..j}$ = Tempo de Moradia na Vizinhança Centralizado

X_{10} = Peso⁴

$Z_1 - \bar{Z}_{1..}$ = Controle Privado Centralizado

$Z_2 - \bar{Z}_{2..}$ = Fator de Coesão Social Centralizado

$Z_3 - \bar{Z}_{3..}$ = Fator de Associativismo Centralizado (Participação Comunitária)

$Z_4 - \bar{Z}_{4..}$ = Fator da disposição para intervir sobre o comportamento dos Jovens

$Z_5 - \bar{Z}_{5..}$ = Fator de Avaliação da Qualidade da PM

$Z_6 - \bar{Z}_{6..}$ = Fator de Disponibilidade de Serviços de Infraestrutura

$Z_7 - \bar{Z}_{7..}$ = Proporção de Proprietários no Setor

$Z_8 - \bar{Z}_{8..}$ = Heterogeneidade Racial

$Z_9 - \bar{Z}_{9..} = Z_{10}$ = Setor censitário subnormal

$Z_{10} - \bar{Z}_{10..}$ = Fator de Desordem Social

$Z_{11} - \bar{Z}_{11..}$ = Fator de Desordem Física

Z_{12} = Belo Horizonte

Z_{13} = Curitiba

Modelo Específico – Comparação dos condicionantes

Vencida a fase de investigação do papel do município como elemento condicionando as chances de vitimização, o trabalho buscou identificar as possíveis diferenças quanto ao efeito das variáveis explicativas elencadas no modelo geral. Para isso, foram construídas análises desagregadas, ou seja, de cada município isoladamente, com a replicação das variáveis do modelo inicial. Tendo definido a estrutura da análise empírica cabe destacar que os resultados empíricos deste trabalho se dão através da

⁴ O peso do entrevistado foi incluído no modelo porque o Modelo de Bernoulli não admite a ponderação do primeiro nível de análise, portanto ele foi incluído como variável independente em todos os modelos.

cuidadosa seleção de grupos conceituais que nortearam não só a elaboração do modelo como também a descrição e análise dos resultados.

Modelo 'Interativo' – Avaliando a interação entre os indicadores de controle social

Nesta última etapa, o modelo geral foi acrescido de termos interativos relacionando os demais indicadores de controle social à variável referente à coesão na vizinhança, a única que apresentou efeito estatisticamente significativo no modelo geral. O objetivo é avaliar a manutenção daquele efeito individual quando a variável interage com outras dimensões, principalmente, as do nível público.

Nesse intuito foram criados 4 (quatro) blocos de variáveis relacionando os 6 (seis) indicadores utilizados para a mensuração do efeito do controle social privado, paroquial e público, reduzindo ou potencializando o risco de vitimização. Os blocos foram incluídos separadamente conforme a descrição abaixo:

Bloco 01	Coesão x Avaliação da PM Coesão x Infraestrutura Coesão x Controle dos Jovens
Bloco 02	Participação Comunitária x Infraestrutura Participação Comunitária x Avaliação da PM Participação Comunitária x Controle Jovens
Bloco 03	Controle Privado x Coesão Controle Privado x Participação Comunitária Controle Privado x Infraestrutura
Bloco 04	Controle Privado x Avaliação da PM Controle Privado x Controle Jovens

9. Resultados

9.1. Análise Descritiva

Um total de 10.462 entrevistas foi reunido nos três bancos de dados, porém, nem todos os setores censitários presentes nas amostras possuíam número mínimo de entrevistas para o ajuste do modelo logístico hierárquico, fazendo com que fossem excluídos todos os setores com menos de 10 entrevistas.

Na sequência, para o ajuste do modelo de Bernoulli através do método *listwise* para tratamento de dados ausentes mais 29 setores foram excluídos da análise reduzindo a 509 o número de setores no modelo e a 7817 o total de entrevistados.

TABELA 05 – DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS QUANTITATIVAS

	Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Nível Individual	NSE	49,31	5,06	39,4	65,75
	Fator de Risco	50,47	5,99	43,07	69,17
	Fator de Prevenção	50,04	5,17	40,77	58,79
	Estabilidade	200,23	166,6	0	1056
	Idade Centralizada	26,18	17,28	0	77
Nível de Vizinhança	Controle Privado	13,45	7,75	2,36	49,5
	Coesão Social	49,85	4,43	39,31	64,4
	Participação Comunitária	49,94	4,72	40,96	72,07
	Controle sobre Jovens	50,07	4,93	40,24	64,39
	Qualidade da PM	49,94	4,89	29,87	63,3
	Infraestrutura*	49,87	5,13	14,19	53,92
	Proporção de Proprietários	0,75	0,16	0,2	1
	Heterogeneidade Racial	0,49	0,16	0	0,73
	Nível Socioeconômico	49,95	3,36	42,89	61,81
	Desordem Social	50,17	4,72	38,56	71,61
	Desordem Física	50,48	4,97	40,91	65,23

Fonte: Pesquisas de Vitimização da Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de Curitiba e Foz do Iguaçu, 2005-2006

* IBGE - Censo 2000

TABELA 06 – DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS QUALITATIVAS

	Belo Horizonte		Curitiba		Rio de Janeiro	
Homem	1595	43,79%	1371	41,77%	1961	60,66%
Preto	591	16,23%	102	3,11%	455	14,07%
Pardo	1575	43,25%	575	17,52%	1197	37,02%
Branco	1234	33,88%	2462	75,02%	1507	46,61%
Outros	138	3,79%	108	3,29%	68	2,10%
N (Entrevistados)	3642	100,00%	3282	100,00%	3233	100,00%
Favela*	52	27,66%	11	5,85%	29	15,43%
N(setores)	188		178		172	

Fonte: Pesquisas de Vitimização da Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de Curitiba e Foz do Iguaçu, 2005-2006

* IBGE - Censo 2000

9.2. Análise dos Modelos

9.2.1. Modelo I – Vitimização Geral

Apesar do interesse em estimar coeficientes de regressão para cada um dos delitos que compõem a variável dependente, devido ao pequeno número de casos de sucesso, ou seja, dada a pequena quantidade de vitimizações, não foi possível ajustar o modelo de regressão para os crimes de agressão e agressão sexual. Desta forma, nesta seção, junto ao modelo geral (roubo+ furto+ agressão+ agressão sexual), apenas a vitimização por roubo e furto na vizinhança serão analisadas.

O modelo nulo ajustado para a comparação entre as componentes da variância de nível 1 (σ^2) e 2 (τ_{00}), informa que da variação total da probabilidade de vitimização, aproximadamente 11,81% correspondem a características dos setores censitários – vizinhanças. Esse percentual é dado pelo coeficiente de correlação intraclasse ($\rho = \tau_{00} / \sigma^2 + \tau_{00}$) apresentado na tabela 07.

TABELA 07 – COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO INTRACLASSE (ρ)

	Modelo Geral	Modelo 2 - Roubo	Modelo 3 - Furto
τ_{00}	0,13386	0,32035	0,24566
σ^2	1,00	1,00	1,00
ρ	0,118057	0,242625	0,197213

O coeficiente de correlação está situado entre 0 e 1, sendo importante destacar que valores mais altos indicam maior participação do segundo nível de análise. O resultado acima é sinal de que a participação do setor censitário como fonte de informações sobre as chances de vitimização não é tão grande quanto poderíamos supor, afinal, trabalhos na área da educação podem alcançar ρ superiores a 40% nos casos em que aluno e escola são as unidades de análise (Ferrão et al. , 2001). Contudo, na sociologia do crime, a maior parte dos trabalhos onde foram ajustados esses modelos informa sobre valores muito parecidos no que tange à participação do setor censitário como segundo nível de análise (Lima e Oliveira, 2008; Silva e Fernandes, 2007).

Observando o modelo geral, que inclui as capitais como variáveis explicativas do segundo nível e toma por variável resposta o sucesso (1) ou o fracasso (0) na experiência de vitimização, observa-se que a probabilidade média da população ser vítima na vizinhança é de 0,7271 quando as variáveis explicativas no modelo equivalem à média do grupo (nível 1) ou da população (nível 2).

Entre as variáveis individuais é possível identificar que respondentes mais expostos ao risco, bem como os que buscam mais medidas preventivas apresentam maior probabilidade de vitimização. De acordo com a literatura específica, os mais velhos também apresentam menor chance de ser vítima de crime, o que se confirma no modelo indicado na tabela 08.

Entre as variáveis de interesse no segundo nível, somente a coesão social apresentou relação estatisticamente significativa, com elevação de 1,91% na chance de

vitimização. Esse resultado é extremamente importante e, mais uma vez, informa sobre o caráter diferenciado da dinâmica de crime e da integração social no Brasil, principalmente por se tratar de um estudo comparativo.

Falando em comparação, o modelo geral atribui ao Rio de Janeiro a maior chance de vitimização entre as capitais analisadas, posto que tanto a variável indicadora de Belo Horizonte e Curitiba apresentou coeficientes negativos, demonstrando que os moradores da capital de Minas Gerais possuem 49,81% menos risco de vitimização em relação aos cariocas, enquanto em Curitiba esse percentual cai para 25,90%.

Segundo estes resultados, a média do nível socioeconômico da vizinhança também aumenta as chances de vitimização em 3,52%, o que também contraria os resultados clássicos da TDS, porém, aparentemente, é influenciado pela grande participação dos crimes contra o patrimônio na lista daqueles reportados em pesquisas de vitimização no país. As incivildades, ou indicador de desordem social, também apresentam efeito significativo sobre a probabilidade de vitimização, ou seja, quanto mais intensos os sinais de desordem social na vizinhança, maior o risco de que os moradores da área sejam alvo da criminalidade no local, segundo informações das Pesquisas de Vitimização.

Vitimização por Roubo ou Tentativa de Roubo

O modelo específico para estimação da razão de chance de ser vítima de roubo ou tentativa de roubo na vizinhança parece ter se ajustado melhor aos dados e aos níveis de análise disponíveis neste exercício. Afinal, o coeficiente de correlação intraclasse é mais que o dobro daquele calculado no primeiro modelo, onde todos os tipos de crime faziam parte da análise ($\rho = 0,242625$).

A respeito das variáveis com efeito significativo no modelo, apenas o indicador de fator de risco deixou de ser relevante para a vitimização, sendo substituído entre as

variáveis individuais pelo Nível Socioeconômico e pelo Sexo, que neste cenário elevam a probabilidade de vitimização em 13,84% e 34,74%, respectivamente.

No segundo nível é interessante notar a perda do efeito da coesão social, presente no modelo geral, e a manifestação das variáveis de controle social ao nível público afetando a chance de um morador dessas capitais ser roubado em sua vizinhança. Dessa maneira, quanto maior a disposição da vizinhança acionar instituições para exercer controle sobre as atividades de jovens, maior também será a chance de ser vítima desse delito nas proximidades de casa (2,41%). O mesmo ocorre com o crescimento da qualidade da infraestrutura urbana, mensurada aqui pelo acesso a água canalizada e coleta de lixo. A variação de uma unidade da variável infraestrutura representa crescimento de 3,32% da probabilidade de ser roubado, mantendo-se constantes as demais dimensões no modelo.

Cabe ressaltar que os crimes contra o patrimônio geralmente concentram-se em áreas com forte atratividade, ou seja, crimes com motivação econômica tendem a se concentrar em áreas com maior exposição dos alvos e maior esperança de retorno para a ação criminosa (Beato, Peixoto e Andrade, 2004; Lima e Oliveira, 2008). Assim é justificado o desaparecimento do efeito positivo da coesão social, dada a restrição do tipo de crime. Ambientes coesos, geralmente, são aqueles onde os moradores possuem menores rendimentos e escolaridade, fazendo com que os crimes mais comuns não sejam aqueles contra o patrimônio. Essa mesma associação, entre população das camadas sociais mais elevadas e criminalidade motivada por questões econômicas, pode ser acionada como possível explicação para o efeito negativo da variável favela neste modelo específico. Os entrevistados residentes em setores subnormais, segundo a definição do IBGE, possuem 48,10% menos risco de vitimização por roubo tentado ou consumado que os moradores de outras regiões das cidades.

TABELA 08 - RESULTADOS DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA HIERÁRQUICA - BELO HORIZONTE, CURITIBA E RIO DE JANEIRO, 2005 - 2006

<i>Efeitos Fixos</i>	<i>Vitimização Geral</i>		<i>Vitimização - Roubo</i>		<i>Vitimização - Furto</i>	
	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>
Nível 1 - Indivíduo						
Homem	0,058231 (0.066658)	6,00%	0,298157 *** (0.092070)	34,74%	0,164472 * (0.085120)	17,88%
Preto (Ref.: Branco)	-0,096749 (0.109230)	-9,22%	-0,261629 (0.159975)	-23,02%	-0,152403 (0.149562)	-14,14%
Pardo (Ref.: Branco)	-0,115924 (0.074163)	-10,95%	-0,169795 (0.110269)	-15,62%	-0,207445 ** (0.094169)	-18,73%
Outras Categorias Raciais (Ref.: Branco)	0,112719 (0.177215)	11,93%	-0,015119 (0.288647)	-1,50%	0,292882 (0.211337)	34,03%
NSE	0,112719 (0.044896)	11,93%	0,129665 ** (0.034741)	13,84%	0,056462 (0.055028)	5,81%
Idade Centralizada em 15 anos	-0,014165 *** (0.002198)	-1,41%	-0,011422 *** (0.003216)	-1,14%	-0,008268 *** (0.002830)	-0,82%
Fatores de Risco	0,111472 *** (0.030659)	11,79%	0,067553 (0.041287)	6,99%	0,101568 ** (0.042757)	10,69%
Fatores de Prevenção	0,133902 *** (0.032362)	14,33%	0,200424 *** (0.052965)	22,19%	0,141336 *** (0.040144)	15,18%
Tempo de Moradia na vizinhança	0,001549 *** (0.000219)	0,16%	0,000908 *** (0.000291)	0,09%	0,001604 *** (0.000286)	0,16%

Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte e Região Metropolitana, Curitiba e Foz do Iguaçu e Rio de Janeiro, 2005

^a Incremento percentual dado por (exp. B)-1 *100

*p<0,10 **p<0,05 ***p<0,01

TABELA 08 (continuação)- RESULTADOS DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA HIERÁRQUICA - BELO HORIZONTE, CURITIBA E RIO DE JANEIRO, 2005 - 2006

<i>Efeitos Fixos</i>	<i>Vitimização Geral</i>		<i>Vitimização - Roubo</i>		<i>Vitimização - Furto</i>	
	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>
Nível 2 - Vizinhança						
Nível Privado	-0,002554 (0.000594)	-0,26%	-0,002572 (0.007830)	-0,26%	-0,000971 (0.006248)	-0,10%
Nível Paroquial – Coesão	0,018882 ** (0.001146)	1,91%	0,008647 (0.013569)	0,87%	0,027748 ** (0.012279)	2,81%
Nível Paroquial – Associativismo	0,002504 (0.001524)	0,25%	-0,002502 (0.018050)	-0,25%	0,002706 (0.015424)	0,27%
Nível Público –Qualidade da PM	0,007084 (0.000979)	0,71%	0,018629 (0.012675)	1,88%	0,01418 (0.011423)	1,43%
Nível Público – Controle dos Jovens	0,012796 (0.001156)	1,29%	0,023859 * (0.013756)	2,41%	0,010348 (0.012428)	1,04%
Nível Público – Infra-estrutura	0,006586 (0.000892)	0,66%	0,032702 ** (0.015291)	3,32%	0,012646 (0.012883)	1,27%
Belo Horizonte(Ref.: = RJ)	-0,689439 *** (0.020782)	-49,81%	-0,542575 ** (0.217908)	-41,88%	-0,400159 * (0.241098)	-32,98%
Curitiba (Ref.: = RJ)	-0,299753 * (0.172845)	-25,90%	-0,941706 *** (0.257869)	-61,00%	0,400899 * (0.233414)	49,32%
TDS – Proporção de Proprietários	-0,099781 (0.222804)	-9,50%	-0,124604 (0.295972)	-11,72%	-0,263776 (0.280323)	-23,19%
TDS – Heterogeneidade Racial	0,179118 (0.286271)	19,62%	0,220729 (0.440488)	24,70%	0,101125 (0.353635)	10,64%
TDS – Média do Nível Socioeconômico	0,034606 ** (0.013769)	3,52%	0,080531 *** (0.017251)	8,39%	0,002578 (0.017603)	0,26%
Desordem Social	0,020382 *** (0.007817)	2,06%	0,024562 ** (0.010938)	2,49%	0,007205 (0.011107)	0,72%
Desordem Física	0,001386 (0.008647)	0,14%	0,007455 (0.012469)	0,75%	0,001167 (0.011008)	0,12%
Favela	-0,190301 (0.122137)	-17,33%	-0,661239 *** (0.202122)	-48,38%	-0,143909 (0.162347)	-13,40%
Intercepto, γ_{00}	-0,860265 *** (0.175125)	0,702716	-1,923785 *** (0.224939)	0,8725599	-2,187626 *** (0.255920)	0,8991

Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte e Região Metropolitana, Curitiba e Foz do Iguaçu e Rio de Janeiro, 2005

^a Incremento percentual dado por (exp. B)-1 *100

*p<0,10 **p<0,05 ***p<0,01

Mais uma vez, residir em Belo Horizonte ou Curitiba indicou redução do risco de vitimização em comparação ao Rio de Janeiro, com percentual de redução de 41,88% para belorizontinos e 61,00% para curitibanos.

Vitimização por Furto

Apesar de também ser caracterizado como crime contra o patrimônio, o furto adquire formatos distintos do roubo quando são estabelecidas comparações entre seus diferentes condicionantes. A ausência do uso da força física diminui os riscos da prática e, portanto, o torna menos atrelado à atratividade do alvo, afinal, perde-se pouco no cometimento do ato. Em nosso modelo verifica-se a manutenção do efeito do sexo, apontando maior vitimização masculina (17,88%) e menor risco de furto contra pardos em comparação a brancos (18,73%).

Os fatores de risco que reúnem a frequência de circulação fora da vizinhança, o hábito de andar pelas ruas à noite ou nas madrugadas, bem como o porte de objetos de valor, parecem bastante associados ao nível socioeconômico do indivíduo. Afinal, nestes três modelos, uma variável só apresentou efeito significativo quando a outra deixou de figurar como elemento condicionante da probabilidade de sucesso na variável dependente. Para o furto, os fatores de risco retornam à cena, indicando elevação de 10,69% com o crescimento de uma unidade na escala de risco.

Ao nível de vizinhança, entre as variáveis de controle, apenas a coesão social apresentou efeito positivo e significativo, demonstrando crescimento da chance de vitimização por furto diante do crescimento da confiança, da troca de favores e da frequência de contatos com os vizinhos. Interessante notar que pela primeira vez neste exercício, o município de Curitiba figurou como cidade onde os moradores possuiriam maiores chances de ser furtados quando comparados aos moradores de Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

De uma maneira geral, ao contrário do que poderíamos supor ao definir as hipóteses de pesquisa, pelo menos uma dimensão do controle social ao nível paroquial apresentou grande participação entre as variáveis a condicionar a vitimização. A existência de fortes laços de sociabilidade, além de não contribuir para a redução da probabilidade de ser vítima ainda é fator que contribui para a elevação desse risco, ou seja, contraria tanto a TDS quanto seus desdobramentos, uma vez que no modelo ajustado neste trabalho os indicadores de controle ao nível paroquial e público também estão sendo ajustados. Isso significa que em comunidades com mesmo envolvimento da população com o setor público, o que seria expresso pela qualidade dos serviços prestados na região, moradores de áreas de maior coesão social ainda estão expostos a maior risco de vitimização geral (furto+roubo+agressão+agressão sexual) e vitimização por furto.

O tempo de moradia na vizinhança também foi indicador de maior risco de vitimização, apresentando comportamento diferente do esperado. Os dois resultados parecem fazer parte do mesmo fenômeno, o qual foi tangenciado na seção direcionada aos estudos sobre Brasil. Isso porque foi levantou-se a discussão em torno dos critérios que mantêm estáveis as vizinhanças no país, uma vez que, aparentemente, não incluem, de maneira tão intensa, as necessidades básicas como a qualidade de vida trazida por residir em uma área com menos criminalidade. Para grande parte da população, principalmente aquela moradora de áreas de intensa movimentação criminosa, os impedimentos para que se cumpra a lei da oferta e da procura no mercado imobiliário urbano são maiores que os estímulos para a saída da vizinhança. Por isso, apesar dos amigos e da estabilidade capazes de formar o tecido social que exige o pleno exercício de controle social, essas áreas ainda estão mais expostas à criminalidade.

9.2.2. Modelo II – Estimando os coeficientes por Município⁵

Os resultados não apresentaram grandes alterações quanto aos padrões identificados no modelo geral, sendo importante a participação da idade e dos fatores de risco e prevenção em clara tendência que se repetiu sempre que o efeito daqueles indicadores foi estatisticamente significativo. Assim, em todos os municípios, para algum tipo de crime, o crescimento da idade está associado à menor vitimização, enquanto a maior preocupação com medidas preventivas, bem como práticas que representem exposição ao risco aumentam a probabilidade de vitimização em Belo Horizonte, Curitiba e Rio de Janeiro.

A respeito das variáveis do segundo nível e, especialmente, as de controle social, nenhuma forte tendência foi identificada. De maneira isolada, o quadro indica o efeito o associativismo comunitário sobre o risco de ser vítima de furto nas vizinhanças cariocas.

Em ambos os modelos ajustados para o Rio de Janeiro, ser morador de área de favela reduz a probabilidade de vitimização, o que também ocorre em Belo Horizonte no modelo ajustado para estimar a probabilidade de ser vítima de roubo na vizinhança. Tais resultados reforçam a suposição de que os crimes captados pelas pesquisas de vitimização não representam aqueles que mais afetam as vizinhanças mais pobres do país, posto que, essas não são as primeiras opções quando da avaliação dos custos e benefícios da ação pelo potencial criminoso. Esse argumento favorece a explicação do efeito positivo tanto da disposição para intervenção sobre o comportamento dos jovens quanto da qualidade dos serviços básicos de infraestrutura no modelo ajustado para roubos e tentativas de roubo na capital mineira. Contudo, ainda mantém dúvidas a respeito do fato de que maior coesão

⁵ Os resultados dos modelos por municípios serão apresentados na forma de quadro síntese indicando o sentido das associações estatisticamente significativas. As tabelas com valores dos coeficientes estão disponíveis no apêndice deste trabalho.

O modelo específico para roubo na capital carioca excedeu o número máximo de interações previstas neste trabalho para a estimação dos coeficientes de regressão, ou seja, 100 interações, portanto, não foi apresentado nesta seção.

social eleva o risco de vitimização por roubo (ou tentativa) na mesma cidade.

TABELA 09 - COMPARAÇÃO DOS COEFICIENTES DE REGRESSÃO ESTIMADOS PARA CADA MUNICÍPIO

	Vitimização Geral			Vitimização - Furto			Vitimização - Roubo	
	BH	CUR	RJ	BH	CUR	RJ	BH	CUR
Variáveis Individuais								
Homem	↑	-	-	-	-	-	↑	-
Preto (Ref.: Branco)	-	-	-	-	-	-	-	-
Pardo (Ref.: Branco)	-	↓	-	-	↓	-	-	-
Outras Categorias Raciais (Ref.: Branco)	-	-	-	↑	-	↑	-	-
NSE	-	-	-	-	↑	↓	-	-
Idade Centralizada	↓	↓	↓	↓	-	-	↓	↓
Fatores de Risco	↑	↑	↑	-	-	↑	↑	-
Fatores de Prevenção	↑	↑	-	↑	↑	↑	-	↑
Tempo de Moradia na vizinhança	↑	↑	↑	↑	↑	↑	-	↑
Variáveis da Vizinhança								
Nível Privado	-	-	-	-	-	-	-	-
Nível Paroquial – Coesão	-	-	-	-	-	-	↑	-
Nível Paroquial – Associativismo	-	-	-	-	-	↑	↓	-
Nível Público – Qualidade da PM	-	-	-	-	-	-	-	-
Nível Público – Controle dos Jovens	-	-	-	-	-	-	↑	-
Nível Público – Infra-estrutura	-	-	-	-	-	-	↑	-
TDS – Proporção de Proprietários	-	↓	-	-	-	-	-	↓
TDS – Heterogeneidade Racial	-	-	-	-	-	-	-	-
TDS – Média do Nível Socioeconômico	↑	-	-	-	-	-	-	↑
Desordem Social	-	-	↑	-	-	-	-	↑
Desordem Física	-	-	-	-	-	-	-	-
Favela	-	-	↓	-	-	↓	↓	-

Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte e Região Metropolitana, Curitiba e Foz do Iguaçu e Rio de Janeiro, 2005 - 2006

↑ Indica efeito positivo e estatisticamente significativo

↓ Indica efeito negativo e estatisticamente significativo

- Indica a não existência de efeito significativo no modelo ajustado

9.2.3. Modelo III– Controle Social em Interação

A tabela 10 apresenta os resultados da inclusão dos termos interativos no modelo geral que estima a vitimização nos quatro tipos de crime, tendo os indicadores de município como variáveis independentes. Nenhuma interação apresentou efeito estatisticamente significativo, contrariando a quarta hipótese de pesquisa a qual sugeria que o efeito do controle social público seria aumentado nas vizinhanças onde o controle social paroquial também fosse intenso.

Esse resultado sugere novos questionamentos em torno do papel da coesão social aumentando as chances de vitimização, posto que o efeito não se mantém quando interage com outros elementos comunitários que, de acordo com a teoria, deveriam estar associados ampliando os mecanismos de controle social.

Entre todas as variáveis indicadoras de controle, apenas a coesão apresentou efeito significativo no modelo geral e, conforme os resultados ela não desempenha o papel de regulação do comportamento desviante por parte do grupo social. As hipóteses neste trabalho buscaram esclarecer essa relação, convidando à reflexão em torno de quais seriam as possibilidades de análise das informações disponíveis, de maneira a favorecer o estudo do crime na relação com os laços sociais e o controle social.

Porém, ao que tudo indica, há uma séria dificuldade em operacionalizar conceitos importantes como controle social e desorganização em um cenário onde a proximidade entre moradores de uma mesma região pouco ou nada diz a respeito do que essas pessoas estão dispostas a fazer pela comunidade. É inegável a relação entre os laços sociais e o crime, porém, nos falta, até o momento, ferramentas (informações) adequadas para analisar o problema.

TABELA 10 - RESULTADOS DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA HIERÁRQUICA COM INCLUSÃO DAS INTERAÇÕES - BELO HORIZONTE, CURITIBA E RIO DE JANEIRO, 2005 - 2006

	<i>Modelo I</i>	<i>Modelo II</i>	<i>Modelo III</i>	<i>Modelo IV</i>
Efeitos Fixos				
Nível 1 - Indivíduo				
Homem	0,0588	0,059157	0,058275	0,060242
Preto (Ref.: Branco)	-0,0982	-0,102286	-0,088521	-0,097502
Pardo (Ref.: Branco)	-0,1157	-0,117035	-0,112866	-0,115605
Outras Categorias Raciais (Ref.: Branco)	0,1098	0,11615	0,116983	0,113634
NSE	0,0043	0,004178	0,004261	0,004213
Idade Centralizada em 15 anos	-0,0141 ***	-0,014122 ***	-0,014118 ***	-0,014148 ***
Fatores de Risco	0,0223 ***	0,022369 ***	0,02229 ***	0,022282 ***
Fatores de Prevenção	0,0268 ***	0,026821 ***	0,026795 ***	0,026426 ***
Tempo de Moradia na vizinhança	0,0015 ***	0,001549 ***	0,001548 ***	0,001551 ***
Nível 2 - Vizinhança				
Nível Privado	-0,0024	-0,001078	0,064461	
Nível Paroquial – Coesão	0,1787	0,015904 *	0,014682	0,018453 *
Nível Paroquial – Associativismo	0,0026	-0,229721	0,025074	0,002238
Nível Público –Qualidade da PM	0,1134	-0,142664	0,006498	0,000399
Nível Público – Controle dos Jovens	0,0819	0,095741	0,012394	0,033877 **
Nível Público – Infra-estrutura	-0,0029	-0,167126	0,006255	-0,006093
Belo Horizonte(Ref.: = RJ)	-0,7031 ***	-0,707559 ***	-0,69206 ***	-0,713584 ***
Curitiba (Ref.: = RJ)	-0,3035 *	-0,303365 *	-0,301186 *	-0,313708 *
TDS – Proporção de Proprietários	-0,0797	-0,123695	-0,117834	-0,103663
TDS – Heterogeneidade Racial	0,1639	0,147746	0,154035	0,175023
TDS – Média do Nível Socioeconômico	0,0335 ***	0,036174 **	0,035498 *	0,035345 **
Desordem Social	0,0214 ***	0,019121 **	0,020604 ***	0,018256 **
Desordem Física	0,0016	-0,161875	0,001464	0,003008
Favela	-0,1845	-0,161875	-0,154871	-0,17422
Termos Interativos				
Coesão x Avaliação da PM	-0,0021			
Coesão x Intra-estrutura	0,0002			
Coesão x Controle dos Jovens	-0,001			
Participação Comunitária x Infra estrutura		0,003376		
Participação Comunitária x Avaliação da PM		0,002954		
Participação Comunitária x Controle Jovens		-0,001719		
Controle Privado x Coesão			0,000293	
Controle Privado x Participação Comunitária			-0,001605	
Controle Privado x Infra estrutura				0,000777
Controle Privado x Avaliação da PM				0,000435
Controle Privado x Controle Jovens				-0,001774

Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte e Região Metropolitana, Curitiba e Foz do Iguaçu e Rio de Janeiro, 2005 - 2006

^a Incremento percentual dado por (exp. B)-1 *100

*p<0,10 **p<0,05 ***p<0,01

10. Considerações Finais

A realização deste estudo comparativo buscou contribuir para a ampliação do conhecimento acerca da vitimização no país. Mesmo com as limitações trazidas pelas pequenas diferenças entre os instrumentos de coleta, a possibilidade de estabelecer um modelo analítico comum a três capitais, avaliando o impacto das variáveis de interesse, só contribuiu para a consolidação do campo como fonte inesgotável de questionamentos e mais trabalho. Isso porque, apesar da carência de pesquisas orientadas para o levantamento de informações sobre o fato criminoso e não sobre o registro policial, os resultados deste trabalho ainda apontam para a necessidade de que os estudos contemplem e estejam atentos às particularidades da dinâmica relação entre crime e sociedade também entre os estados e municípios da Federação. Assim, neste trabalho ficaram evidentes as diferenças quanto ao risco de vitimização nos três municípios, tendo sido o Rio de Janeiro a capital onde o morador entrevistado teria a maior chance de vitimização diante do contexto dado pelas variáveis elencadas.

A confirmação do papel da vizinhança como fator relevante para a explicação do crime em todas as suas manifestações também pode e deve ser identificada como uma das contribuições deste exercício. Os Modelos de regressão hierárquica buscaram identificar a existência desse efeito simultâneo de características individuais e da vizinhança sobre a chance de vitimização e os resultados apontaram nessa direção, atribuindo razoável percentual da variabilidade da variável resposta a características do segundo nível de análise.

Dessa maneira, variáveis como ‘favela’ e ‘média do nível socioeconômico’ apresentaram efeito significativo em alguns cenários, demonstrando que vizinhanças que agregam moradores com mais alto poder aquisitivo são aquelas onde crescem as chances de ser vítima, pelo menos dos crimes elencados nas pesquisas e utilizados neste exercício. A

favela manteve associação negativa com a vitimização em todos os cenários onde seu coeficiente de regressão foi estimado com significância estatística, confirmando a tendência de maior participação das vizinhanças mais ricas entre aquelas onde são maiores as chances de ser vítimas de furto e/ou roubo, em maior parte, ou de agressão e/ou agressão sexual.

Segundo os modelos ajustados acima, entre as variáveis estruturais da TDS apenas o nível socioeconômico médio da vizinhança impacta positivamente a chance de vitimização nas proximidades da residência, confirmando as particularidades da relação brasileira com o crime e aqueles indicadores utilizados por Shaw e McKay (1942). A heterogeneidade racial não apresentou nenhuma associação à chance de vitimização no país, descaracterizando essa medida como útil para a investigação do fenômeno criminal brasileiro. Apesar da raça e apesar das dificuldades de codificação das variáveis presentes no instrumento de coleta, dada a manutenção de categorias abertas de autodeclaração racial, cabe menção a presença do efeito de pelo menos uma indicadora ('pardo') reduzindo o risco de ser vítima de crime em comparação aos brancos em Curitiba e no modelo geral estimado para a incidência de Furto.

As variáveis do nível individual foram consistentes como elementos condicionantes da vitimização, com ênfase para a estabilidade residencial e para as ações preventivas, as quais aumentam a probabilidade de vitimização dada a manutenção dos valores dos demais indicadores no modelo. A relação positiva entre prevenção e crime, como já foi discutido acima, pode resultar da ausência da comparação entre o momento em que se dão as mudanças de comportamento e o crescimento do crime na região. Portanto, a vitimização pode ser maior em vizinhanças onde os indivíduos são mais prevenidos justamente por conviverem com elevados índices de criminalidade e vitimização prévia.

O tempo de moradia, como a proporção de proprietários no setor, informa acerca da estabilidade fomentando a proximidade e o desenvolvimento de pertencimento com a

comunidade, porém, ao contrário de reduzir a vitimização, como supõem Shaw e McKay (1942) a elevação do tempo de moradia representa aumento das chances de ser vítima de crime.

Finalmente, ao avaliar a pertinência dos indicadores de controle social, retomam-se as palavras da seção introdutória, lembramos que a ciência se desenvolve por tentativas. Nesta dissertação foram postas maneiras de, a partir, das informações disponíveis, estabelecer nexos de causalidade entre perspectivas amplamente discutidas no âmbito da sociologia do crime, ou seja, a relevância da integração social como ferramenta de controle. Contudo, repetidas experiências tem demonstrado a incapacidade de tais modelos contemplarem as nuances desta relação (Silva, 2005; Rodrigues, 2006; Oliveira, 2006), dando a entender num primeiro momento, que ela inexistente ou não se revelou diante dos métodos utilizados. Essa crença pode ser parcialmente verdadeira, afinal, os estudos quantitativos nem sempre são capazes de abarcar satisfatoriamente a todas as perguntas de pesquisa. Contudo, suponho que a discussão em torno da avaliação de teorias como a da Desorganização Social, dos Laços Sociais ou da própria perspectiva sistêmica exijam reavaliação dos métodos de coleta e não simplesmente de análise.

A definição de melhores instrumentos, inclusive para análises quantitativas, é necessidade urgente, uma vez que as categorias tradicionais dos modelos norte americanos tem sido apropriadas quase que sem nenhuma adaptação. Nos casos de informações estruturais ou de percepção da estrutura, como os indicadores de incivildades ou desordem social, a fórmula parece funcionar, como bem indicam nossos resultados. Porém, na busca da associação com fatores comportamentais, os quais são diretamente afetados pela cultura, nossas pesquisas ainda são iniciais.

O momento é propício para a criação de uma agenda que procure ampliar os círculos de debate para que toda a experiência acumulada até aqui seja refletida na formulação de

novas propostas de operacionalização conceitual. Afinal, só através da comparação de resultados e realização de testes das novas abordagens será possível promover o fortalecimento desse ramo da sociologia no Brasil, consolidando sua contribuição para o desenvolvimento deste programa de pesquisa.

Encerro, portanto, destacando o papel de análises exploratórias, qualitativas, porque não, que visem à revisão das categorias de análise que são popularmente disseminadas em nossas pesquisas. Considerando os fortes indícios de que os laços sociais comunitários não são formadores de capacidade de intervenção e que os demais níveis de controle social não são efetivamente mensurados em nossos estudos, quais são as características comunitárias que promovem real melhoria das condições de vida da população? Qual o perfil dos atores e das instituições que podem realmente exercer controle social nas vizinhanças brasileiras? A que corresponde essa dita vizinhança, como mensurar sua participação em um cenário de diversificação das esferas de contato? As questões estão colocadas, resta-nos dar continuidade ao trabalho.

11. Referências Bibliográficas

Akers, Ronald L. 1997. *Criminological Theories*. Los Angeles: Roxbury Publishing Company. Capítulos 4,5 e 7.

Arias, Enrique Desmond and Corinne Davis Rodrigues. Forthcoming (2006). "The Myth of Personal Security: Dispute Resolution, Security, and Identity in Rio de Janeiro's Favelas" *Latin American Politics and Society* 48, 4.

Beato, Cláudio Chaves; Peixoto, B ; Andrade, Mônica Viegas . Crime, oportunidade, vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 73-89, 2004.

Beato, Cláudio e Reis, Ilka. 2000. "Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime", In Henriques, 2000. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. IPEA.

Blau, Peter and Judith Blau. 1982. "The Cost of Inequality: Metropolitan Structure and Violent Crime" *American Sociological Review*. 47, 1.

Bryk, Anthony S. e Stephen W. Raudenbush. (1992). *Hierarchical Linear Models*. Sage Publications, Inc.

Bursik, R.J., Jr., and Grasmick, H.G. 1993. *Neighborhoods and Crime: The Dimensions of Effective Community Control*. New York, NY: Lexington Books.

Carlos, J. A. O Crime Segundo a Perspectiva de Durkheim. Trabalho apresentado no Seminário de História do Pensamento Sociológico, Departamento de Sociologia, Universidade de Évora, 1997 (monografia).

Carr, Patrick. 2003. The new parochialism: the implications of the beltway case for arguments concerning informal social control. *The American Journal of Sociology*, May 2003 v108 i6 p1249(44)

Castells, M. (1983). A Questão Urbana. (A. Caetano, Trans. Vol. 48). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Dias Júnior, Cláudio Santiago. Capital Social e Violência: uma análise comparada em duas vilas de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Belo Horizonte. UFMG, 2005. 128 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

Durkheim, Emile (2000). O Suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 1897.

_____ (1989). A solidariedade devida à divisão do trabalho ou orgânica, Outra prova do que precede e Preponderância progressiva da solidariedade orgânica e suas consequências. A divisão do trabalho social. 3. ed. Lisboa: Presença, 2v, 1893

_____ (1983). As formas elementares da vida religiosa (Introdução e Conclusão). In: Durkheim. 2a ed. São Paulo: Abril Cultural, 245p. (Coleção Os

pensadores), 1912.

_____ (1983). Regras relativas à distinção entre o normal e o patológico. As regras do método sociológico. In: Durkheim. 2ª ed. Trad. de Margarida Garrido Esteves. São Paulo, Abril Cultural, (Coleção Os Pensadores), 1895.

_____ (1970). Representações individuais e representações coletivas e Determinação do fato moral. Sociologia e filosofia. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense, 1970.

_____ (1950). Décima Lição a Décima Terceira Lição. Lições de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Ferrão, Maria Eugênia ; Beltrão, K. I., LEITE, Iúri da Costa . Introdução à modelagem multinível em Avaliação Educacional. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. v. 1. 48 p.

Goldstein, H. *Multilevel statistical models*. 2 ed. London: Institute of education, University of London, 1995.

Hox, J. J. (1995). *Applied Multilevel Analysis*. Amsterdam. TT – Publikaties.

Hunter, Albert J. (1985). “Private, Parochial and Public School Orders: The problem of Crime and Incivility in Urban Communities” Pp. 230-242 in *The Challenge of Social Control: Citizenship and Institution Building in Modern Society* , edited by General D. Suttles and Mayer N. Zald. Norwood, NJ: Ablex Publishing.

Jacobs, Jane. 1961. “Os usos das calçadas” e o “Os usos dos bairros” in *Morte e vida de grandes cidades*. Carlos S. Mendes Rosa (Trad.). São Paulo, Martins Fontes [2000]. Cap. 02, p. 29-58 e p. 123-156.

Kant de Lima, Roberto., Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda (2000). “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, nº 50, 2º Semestre de 2000, p. 45-123.

Kubrin, Charis R. e Ronald Weizer. 2003. "New Directions in Social Disorganization Theory." *Journal of Research in Crime and Delinquency* 40:374-402

Lima, Luciana Conceição; Oliveira, Valéria. Cristina. . *Criminalidade e Indicadores socioeconômics em uma abordagem contextual*. 2008. Trabalho apresentado no Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

Merton, Robert K (1968). “Estrutura Social e Anomia”, in *Sociologia. Teoria e Estrutura*. Ed. Mestre Jou. São Paulo.

Misse, M (1995). “Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas”. *Série Estudos*, n.91. Rio de Janeiro.

Mosher, Clayton J., Terance D. Miethe and Dretha M. Phillips (2002). *The History of*

Measuring Crime . In: The Mismeasurement of Crime. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Oliveira, Valéria Cristina. Integração Social e Desordem: Um estudo sobre sensação de insegurança e percepção de risco de vitimização. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 54 p. Monografia (Graduação) – Curso de Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

Perlman, Janice E. 1976 “Marginalidade e Pobreza Urbana”. In: The Myth of Marginality: Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro. Berkeley: University of California Press., capítulos 1 & 8.

Pinheiro Filho, F. A. . A noção de representação em Durkheim. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, v. 61, p. 17-30, 2004.

Prates, A. A. ; Carvalhaes, F. ; Silva, Bráulio Figueiredo Alves da . Capital Social e Redes Sociais: Conceitos Redundantes ou Complementares?. In: Neuma Aguiar. (Org.). Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008, v. 1, p. 47-58.

Rodrigues, Corinne Davis (2006), “Civil Democracy, Perceived Risk and Safety in Brazil: an Extension of the Systemic Social Control Model”. The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 605.

Rodrigues, Corinne Davis e Valéria Cristina de Oliveira. Medo de crime, integração social e desordem (2007): Uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA RECIFE. Anais 2007, p.86.

Sampson, Robert (1999). "Techniques of Research Neutralization". Theoretical Criminology, Symposium on Ronald L. Akers, Social Learning and Social Structure: A General Theory of Crime and Deviance. Boston, MA: Northeastern University Press, 1998.

Sampson, Robert J., Jeffrey D. Morenoff, e Felton Earls. 1999. "Beyond Social Capital: Spatial Dynamics of Collective Efficacy for Children". American Sociological Review, 64, 5: 633-60.

Sampson, Robert J., Stephen W. Raudenbush, e Felton Earls. 1997. "Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy". Science, 277, (August 15): 918-24.

Shaw & McKay. Juvenile Delinquency in Urban Areas. ed(rev) Chicago, University of Chicago Press, 1942

Shoemaker, Donald J. (1996). Theories of Delinquency. New York: Oxford University Press., capítulos 5, 6, 7 e 8.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da ; Fernander, Rodrigo. Alisson. . O medo nas ruas: um estudo ecológico multinível da Percepção de Risco em Belo Horizonte. 2007.

(Apresentação de Trabalho/Congresso).

Silva, Bráulio Figueiredo A. (2004). “Coesão Social, Desordem Percebida e Vitimização em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil”. Artigo apresentado no IV Fórum de Desenvolvimento, Recife, PE

Silva, Bráulio Figueiredo A. Coesão Social, Desordem Percebida e Vitimização em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 80 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

Stafford, Mark C and Galle, Omar R. (1984). “Victimization rates, exposure to risk and fear of crime”. *Criminology*, 22: 173-1985.

Steffensmeier, Darrel, Emilie Anderson Allan, Miles D. Harer and Cathy Streifel. 1989. “Age and the Distribution of Crime” *American Journal of Sociology*, 94, 4.

Taylor, Ralph B., Jennifer B. Robinson, Brian A. Lawton e Douglas D. Perkins. 2003. “Multilevel Longitudinal Impacts of Incivilities: Fear of crime, expected safety and block satisfaction”. *Journal of Quantitative Criminology* 19, 3:237-274.

Taylor, Ralph B. e Adele V. Hallel. 1996. “Physical Environment and crime” in *National Institute of Justice: Research Report*, January, 1996.

Taylor, Ralph B., Stephen D. Gottfredson e Sidney Brower 1984. “Block crime and fear: defensible space, local social ties, and territorial functioning.” *Journal of research*

in crime and delinquency, 21(4): 303-331.

Teixeira, Carlos Augusto. 1996. "Crimes, Sociologia e Políticas Públicas". Mimeo. Dissertação de mestrado defendida no Mestrado em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Tittle, Charles. 2004. "Refining control balance theory" *Theoretical Criminology*, 8, 4.

Vélez, María B (2001). "The role of Public Social Control in Urban Neighborhoods: A multi-level analysis of Victimization Risk". *Criminology* 39, 4.

Villarreal, Andres and Bráulio Figueiredo A Silva. 2004. "Social Cohesion, Criminal Victimization and Perceived Risk of Crime in Brazilian Neighborhoods" Paper Presented at the Annual Meeting of the American Sociological Association, San Francisco, CA.

Waisewitz, J.J. Mapa da violência nos municípios brasileiros. DF: Ritla, Sangari, MS, MJ: 2008.

Wilson, James Q., and George Kelling. 1982. "The Police and Neighborhood Safety: Broken Windows." *Atlantic* 127:29-38.

Zaluar, A (2000). Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *Rev. São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 3, n. 13, p.03-17.

12. Apêndice

Construção das Covariáveis – Análise Fatorial - Nível 1

DIMENSÃO	VARIÁVEIS	EIGEN VALUES (VARIÂNCIA EXPLICADA)	ALPHA DE CRONBACH
Nível Socioeconômico	Qual é o curso mais elevado que você freqüentou, no qual concluiu pelo menos uma série (ano, período ou ciclo)? Até que série?	75,31	0,510
	Qual é aproximadamente, a renda total mensal de todas as pessoas que moram neste domicílio somando todas as fontes como aposentadoria, salários, bicos, etc.? "1) Até 01 salário mínimo (até R\$ 300,00) . . . (9) Mais de 40 salários (Acima de R\$ 12.001,00)"		
Fatores de Risco	Nos últimos 12 meses, em geral, quantas vezes por mês você saiu para fazer compras em locais fora de seu bairro (mercearias, supermercados, lojas de roupas, shoppings, etc.)?	46,38	0,422
	Nos últimos 12 meses, em geral, quantos dias por mês você dormiu fora de casa, seja por trabalho, escola ou lazer (excetuando-se férias)?		
	Nos últimos 12 meses, em geral, quantas vezes por mês você andou (circulou, passou) fora de casa (pode ser na rua, no carro, no coletivo) com objetos de valor como jóias, diskman, muito dinheiro na carteira, cartões de banco e de crédito, walkman, relógios caros, talão de cheques etc.?		
Fatores de Prevenção	Por medo da violência você...	50,66	0,755
	Evita sair de casa à noite		
	Evita conversar com pessoas estranhas		
	Deixa de ir a locais da cidade que gostaria ou precisaria ir		
	Evita usar algum transporte coletivo que gostaria ou precisaria usar		
Muda o caminho entre a casa e o trabalho e/ou a escola			

Fonte: Pesquisas de Vitimização da Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de Curitiba e Foz do Iguaçu, 2005-2006

Construção das Covariáveis – Análise Fatorial - Nível 2

<i>DIMENSÃO</i>	<i>VARIÁVEIS</i>	<i>EIGEN VALUES (VARIÂNCIA EXPLICADA)</i>	<i>ALPHA DE CRONBACH</i>
Desordem Social	Nos últimos 12 meses, você viu ou ouviu falar, na sua vizinhança ou nas proximidades, de...	59,79	0,592
	Pessoas quebrando janelas, pichando muros ou fazendo arruaça?		
	Pessoas xingando ou insultando outras pessoas?		
Desordem Física	Pensando em uma escala de 1 a 5 (OU 1 a 10 – RJ), onde 1 quer dizer de vez em quando e 5 freqüentemente, com que freqüência seus vizinhos costumam ouvir música alta, discutem alto ou dão festas até tarde da noite?	70,83	0,785
	Em uma escala de 1 a 5, onde 1 quer dizer poucos e 5 muitos, quantos prédios, casas ou galpões abandonados você diria que existem na sua vizinhança?		
	Em uma escala de 1 a 5, onde 1 quer dizer pouca e 5 muita, qual a quantidade de lixo ou entulho você diria que existe nas ruas e passeios públicos na sua vizinhança?		
	Em uma escala de 1 a 5, onde 1 quer dizer poucos e 5 muitos, quantos lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto você diria que existem na sua vizinhança?		

Fonte: Pesquisas de Vitimização da Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de Curitiba e Foz do Iguaçu, 2005-2006

Resultados dos Modelos de Regressão ajustados para cada Município

Resultados do Modelo de Regressão Logística Hierárquica - Belo Horizonte, 2005

<i>Efeitos Fixos</i>	<i>Vitimização Geral</i>		<i>Vitimização - Roubo</i>		<i>Vitimização - Furto</i>	
	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>
Nível 1 - Indivíduo						
Homem	0,223055 * (0.108880)	24,99%	0,550402 *** (0.145442)	73,39%	0,182693 (0.149616)	20,04%
Preto (Ref.: Branco)	-0,236816 (0.163581)	-21,09%	-0,382975 (0.226682)	-31,82%	-0,370285 (0.253306)	-30,95%
Pardo (Ref.: Branco)	-0,078526 (0.127699)	-7,55%	-0,239369 (0.163634)	-21,29%	-0,037589 (0.173301)	-3,69%
Outras Categorias Raciais (Ref.: Branco)	0,288904 (0.270716)	33,50%	-0,397416 (0.445003)	-32,79%	0,677287 ** (0.333498)	96,85%
NSE	-0,054453 (0.076749)	-5,30%	0,072501 (0.090692)	7,52%	-0,063405 (0.107268)	-6,14%
Idade Centralizada	-0,023034 *** (0.004144)	-2,28%	-0,019537 *** (0.005592)	-1,93%	-0,018434 *** (0.006166)	-1,83%
Fatores de Risco	0,086644 ** (0.044259)	9,05%	0,048626 (0.055220)	4,98%	0,102301 (0.062225)	10,77%
Fatores de Prevenção	0,177272 *** (0.062006)	19,40%	0,200471 *** (0.087703)	22,20%	0,182174 ** (0.083451)	19,98%
Tempo de Moradia na vizinhança	0,001363 *** (0.000402)	0,14%	0,000175 (0.000551)	0,02%	0,001883 *** (0.000520)	0,19%

Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte e Região Metropolitana, 2005

^a Incremento percentual dado por (exp. B)- *100

*p<0,10 **p<0,05 ***p<0,01

Resultados do Modelo de Regressão Logística Hierárquica - Belo Horizonte, 2005

Efeitos Fixos	Vitimização Geral		Vitimização - Roubo		Vitimização - Furto	
	Coefficiente (Erro Padrão)	(%) ^a	Coefficiente (Erro Padrão)	(%) ^a	Coefficiente (Erro Padrão)	(%) ^a
Nível 2 - Vizinhaça						
Nível Privado	0,000614 (0.009863)	0,06%	0,000328 (0.012243)	0,03%	0,007628 (0.010532)	0,77%
Nível Paroquial – Coesão	0,027472 (0.020214)	2,79%	0,053819 ** (0.023382)	5,53%	0,011797 (0.034077)	1,19%
Nível Paroquial – Associativismo	-0,012746 (0.020225)	-1,27%	-0,05632 ** (0.025281)	-5,48%	-0,007251 (0.029051)	-0,72%
Nível Público – Qualidade da PM	0,022546 (0.018082)	2,28%	0,006895 (0.025260)	0,69%	0,035081 (0.023455)	3,57%
Nível Público – Controle dos Jovens	0,027217 (0.020283)	2,76%	0,068413 *** (0.023856)	7,08%	-0,010293 (0.031652)	-1,02%
Nível Público – Infra-estrutura	0,010739 (0.015489)	1,08%	0,063791 ** (0.026290)	6,59%	-0,002143 (0.018584)	-0,21%
TDS – Proporção de Proprietários	0,050159 (0.365366)	5,14%	0,355388 (0.412669)	42,67%	-0,66892 (0.461379)	-48,77%
TDS – Heterogeneidade Racial	0,108805 (0.365366)	11,49%	-0,041487 (0.723918)	-4,06%	0,010116 (0.670227)	1,02%
TDS – Média do Nível Socioeconômico	0,059581 ** (0.026891)	6,14%	0,035021 (0.030677)	3,56%	0,048375 (0.033000)	4,96%
Desordem Social	0,020492 (0.015847)	2,07%	-0,015598 (0.019844)	-1,55%	0,028271 (0.025472)	2,87%
Desordem Física	0,014286 (0.016858)	1,44%	0,009883 (0.019998)	0,99%	0,019632 (0.023669)	1,98%
Favela	-0,157495 (0.180364)	-14,57%	-0,483364 * (0.269892)	-38,33%	-0,193141 (0.252503)	-17,56%
Intercepto, γ_{00}	-0,142769 *** (0.174835)	53,56%	-0,249614 *** (0.230151)	56,21%	-0,242088 *** (0.243806)	56,02%

Fonte: Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte e Região Metropolitana, 2005

^a Incremento percentual dado por (exp. B)- *100

*p<0,10 **p<0,05 ***p<0,01

Resultados do Modelo de Regressão Logística Hierárquica - Curitiba, 2005

<i>Efeitos Fixos</i>	<i>Vitimização Geral</i>		<i>Vitimização - Roubo</i>		<i>Vitimização - Furto</i>	
	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>
Nível 1 - Indivíduo						
Homem	0,061581 (0.110037)	6,35%	0,098494 (0.164562)	10,35%	0,092199 (0.126778)	9,66%
Preto (Ref.: Branco)	0,246437 (0.335135)	27,95%	-0,296598 (0.507587)	-25,67%	0,248127 (0.352414)	28,16%
Pardo (Ref.: Branco)	-0,271932 * (0.151865)	-23,81%	0,040162 (0.227767)	4,10%	-0,441141 *** (0.166633)	-35,67%
Outras Categorias Raciais (Ref.: Branco)	-0,197657 (0.367271)	-17,93%	0,265593 (0.447363)	30,42%	-0,450394 (0.475260)	-36,26%
NSE	0,068705 (0.080384)	7,11%	-0,018801 (0.126358)	-1,86%	0,148815 * (0.079997)	16,05%
Idade Centralizada	-0,009521 ** (0.004100)	-0,95%	-0,02616 *** (0.006045)	-2,58%	0,000139 (0.004742)	0,01%
Fatores de Risco	0,10463 * (0.055471)	11,03%	0,061641 (0.076763)	6,36%	0,082045 (0.070494)	8,55%
Fatores de Prevenção	0,147125 *** (0.046969)	15,85%	0,249302 *** (0.079021)	28,31%	0,11264 ** (0.055076)	11,92%
Tempo de Moradia na vizinhança	0,001346 *** (0.000457)	0,13%	0,001577 *** (0.000451)	0,16%	0,001159 ** (0.000545)	0,12%

Fonte: Pesquisa de Vitimização em Curitiba e Foz do Iguaçu, 2005

^a Incremento percentual dado por (exp. B)-1 *100

*p<0,10 **p<0,05 ***p<0,01

Resultados do Modelo de Regressão Logística Hierárquica - Curitiba, 2005

Efeitos Fixos	Vitimização Geral		Vitimização - Roubo		Vitimização - Furto	
	Coefficiente (Erro Padrão)	(%) ^a	Coefficiente (Erro Padrão)	(%) ^a	Coefficiente (Erro Padrão)	(%) ^a
Nível 2 - Vizinhança						
Nível Privado	-0,006783 (0.009103)	-0,68%	0,006644 (0.015481)	0,67%	-0,011803 (0.009856)	-1,17%
Nível Paroquial – Coesão	0,009134 (0.014420)	0,92%	-0,026624 (0.026294)	-2,63%	0,017861 (0.017506)	1,80%
Nível Paroquial – Associativismo	0,007821 (0.025396)	0,79%	0,041011 (0.036099)	4,19%	-0,02813 (0.034506)	-2,77%
Nível Público –Qualidade da PM	-0,005603 (0.016562)	-0,56%	0,000147 (0.026951)	0,01%	-0,005001 (0.017619)	-0,50%
Nível Público – Controle dos Jovens	0,013315 (0.013447)	1,34%	-0,007077 (0.023621)	-0,71%	0,016182 (0.016208)	1,63%
Nível Público – Infra-estrutura	0,026128 (0.019162)	2,65%	-0,000236 (0.039794)	-0,02%	0,022284 (0.025423)	2,25%
TDS – Proporção de Proprietários	-0,674958 * (0.372355)	-49,08%	-0,140799 ** (0.544568)	-13,13%	0,020391 (0.491650)	2,06%
TDS – Heterogeneidade Racial	0,572113 (0.421783)	77,20%	0,35814 (0.764423)	43,07%	0,191803 (0.495252)	21,14%
TDS – Média do Nível Socioeconômico	0,01794 (0.020185)	1,81%	0,070869 ** (0.031267)	7,34%	-0,000702 (0.024226)	-0,07%
Desordem Social	0,010267 (0.014143)	1,03%	0,044119 ** (0.022623)	4,51%	-0,000508 (0.017871)	-0,05%
Desordem Física	-0,015281 (0.013698)	-1,52%	-0,012687 (0.022949)	-1,26%	-0,006433 (0.015019)	-0,64%
Favela	0,329704 (0.246059)	39,06%	-0,271908 (0.539109)	-23,81%	0,353277 (0.254301)	42,37%
Intercepto, γ00	-0,162870 *** (0.141319)	54,06%	-0,305526 *** (0.231886)	57,58%	-0,205031 *** (0.163541)	55,11%

Fonte: Pesquisa de Vitimização em Curitiba e Foz do Iguaçu, 2005

^a Incremento percentual dado por $(\exp. B) - 1 * 100$

* $p < 0,10$ ** $p < 0,05$ *** $p < 0,01$

Resultados do Modelo de Regressão Logística Hierárquica - Rio de Janeiro, 2005

<i>Efeitos Fixos</i>	<i>Vitimização Geral</i>		<i>Vitimização - Furto</i>	
	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>
Nível 1 - Indivíduo				
Homem	-0,142577 (0.128831)	-13,29%	0,232453 (0.172668)	26,17%
Preto (Ref.: Branco)	0,003716 (0.162147)	0,37%	-0,002368 (0.213098)	-0,24%
Pardo (Ref.: Branco)	-0,037829 (0.123183)	-3,71%	-0,129693 (0.173700)	-12,16%
Outras Categorias Raciais (Ref.: Branco)	0,302953 (0.305973)	35,39%	0,911286 *** (0.302891)	148,75%
NSE	0,012932 (0.080253)	1,30%	-0,016538 (0.113448)	-1,64%
Idade Centralizada	-0,013513 *** (0.003862)	-1,34%	-0,01166 *** (0.005206)	-1,16%
Fatores de Risco	0,162057 ** (0.067907)	17,59%	0,184537 * (0.100698)	20,27%
Fatores de Prevenção	0,074762 (0.064634)	7,76%	0,166193 * (0.086264)	18,08%
Tempo de Moradia na vizinhança	0,001962 *** (0.000320)	0,20%	0,002084 *** (0.000414)	0,21%

Fonte: Pesquisa de Vitimização do Rio de Janeiro, 2005

^a Incremento percentual dado por $(\exp. B) - 1 * 100$

* $p < 0,10$ ** $p < 0,05$ *** $p < 0,01$

Resultados do Modelo de Regressão Logística Hierárquica - Rio de Janeiro, 2005

<i>Efeitos Fixos</i>	<i>Vitimização Geral</i>		<i>Vitimização - Furto</i>	
	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>	<i>Coefficiente (Erro Padrão)</i>	<i>(%)^a</i>
Nível 2 - Vizinhança				
Nível Privado	0,00206 (0.009315)	0,21%	0,008512 (0.013545)	0,85%
Nível Paroquial – Coesão	0,011587 (0.017794)	1,17%	0,018535 (0.026194)	1,87%
Nível Paroquial – Associativismo	0,034401 (0.023566)	3,50%	0,058089 * (0.031072)	5,98%
Nível Público –Qualidade da PM	0,003583 (0.013345)	0,36%	0,012592 (0.018773)	1,27%
Nível Público – Controle dos Jovens	-0,00161 (0.014954)	-0,16%	-0,012381 (0.022541)	-1,23%
Nível Público – Infra-estrutura	0,002073 (0.008967)	0,21%	0,015648 (0.014653)	1,58%
TDS – Proporção de Proprietários	0,065416 (0.409157)	6,76%	-0,308274 (0.538668)	-26,53%
TDS – Heterogeneidade Racial	0,269451 (0.599967)	30,92%	0,893597 (0.900534)	144,39%
TDS – Média do Nível Socioeconômico	0,026805 (0.228646)	2,72%	-0,019409 (0.040769)	-1,92%
Desordem Social	0,032278 *** (0.011818)	3,28%	0,010303 (0.018194)	1,04%
Desordem Física	0,002382 (0.018488)	0,24%	-0,037011 (0.031727)	-3,63%
Favela	-0,439628 ** (0.228646)	-35,57%	-0,863615 ** (0.347436)	-57,84%
Intercepto, γ_{00}	-0,131599 *** (0.154992)	53,29%	-0,256548 *** (0.239445)	56,38%

Fonte: Pesquisa de Vitimização do Rio de Janeiro, 2005

^a Incremento percentual dado por $(\exp. B)-1 *100$

* $p < 0,10$ ** $p < 0,05$ *** $p < 0,01$